

# TERRITÓRIO DA SERRA DO BRIGADEIRO – MG

## PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PTDRS



**Executor:**

**Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA-ZM**

**Território da Serra do Brigadeiro, junho de 2004**



# ÍNDICE

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>2. SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS SECUNDÁRIOS.....</b>	<b>3</b>
2.1. Localização e Meio Físico .....	3
2.2. Breve Histórico dos Municípios .....	6
2.3. O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.....	8
2.4. A População do Território .....	9
2.5. A Economia do Território .....	12
2.6. Infra-Estrutura .....	18
2.7. Serviços de Saúde e Educação .....	19
2.8. Serviços Financeiros .....	19
2.9. Tecido Sócio-Organizativo.....	22
<b>3. TRAGETÓRIA DO TERRITÓRIO DA SERRA DO BRIGADEIRO .....</b>	<b>23</b>
3.1. Antecedentes.....	23
3.2. Proposição e Homologação pelo CEDRS.....	24
3.3. Projeto Territorial 2003: ações imediatas.....	25
3.4. Construção e Afirmação da Identidade Territorial .....	26
3.5. Diagnóstico e Elaboração do PTDRS .....	28
3.6. Elementos da Gestão Social do Território.....	31
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>36</b>
4.1. Realização do Diagnóstico nas Comunidades do Entorno do PESB. ....	36
4.2. Realização das Oficinas Municipais. ....	37
4.3. Oficina Territorial de Conclusão do Diagnóstico do Território da Serra do Brigadeiro.....	38
4.4. Oficina de Elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.....	39
4.5. Oficina Territorial de Conclusão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.....	40
<b>5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TERRITÓRIO .....</b>	<b>42</b>
5.1. Preservação e Recuperação do Meio Ambiente.....	42
5.2. Turismo Rural .....	47
5.3. Agricultura Familiar Diversificada.....	52
5.4. Cultura .....	58
5.5. Agroindústria Familiar e Artesanato .....	63
<b>Anexo 01: Ficha Resumo SDT/MDA 2003.....</b>	<b>67</b>
<b>Anexo 02: Ficha Resumo SDT/MDA 2004.....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXO 03: Lista de Siglas.....</b>	<b>77</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>79</b>

## **1. APRESENTAÇÃO**

O Território da Serra do Brigadeiro é uma construção histórica. Mais do que uma política pública do atual Governo Federal, a Serra do Brigadeiro possui uma trajetória ímpar de mobilização em torno de uma unidade de conservação, tema que afeta a todos/as, e que tem sido objeto de discussão, consensos e entendimento das diferenças em acalorados debates, ao longo de mais de uma década.

Em 2003 o Governo Federal Brasileiro criou, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT.

Os atores sociais viram este momento histórico como uma oportunidade de inserir a caminhada local de debates acerca das opções para o Desenvolvimento Regional na construção de uma política pública inovadora. O Território foi constituído com os seguintes municípios: Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Rosário de Limeira e Sericita.

Além dos investimentos em infra-estrutura, foi definido como prioridade no primeiro projeto submetido à SDT/MDA a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. O item integrou o projeto na parte dos recursos destinados a serviços e teve como executor o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA.

Este documento traz os debates realizados e as definições tomadas em busca do desenvolvimento com sustentabilidade para a região. Para isso foram definidos como eixos estratégicos de ação:

- **Preservação e Recuperação do Meio Ambiente**
- **Turismo Rural**
- **Agricultura Familiar Diversificada**
- **Agroindústria Familiar e Artesanato**
- **Cultura**

Foi definido como foco das ações as comunidades do entorno do PESB.

## 2. SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS SECUNDÁRIOS

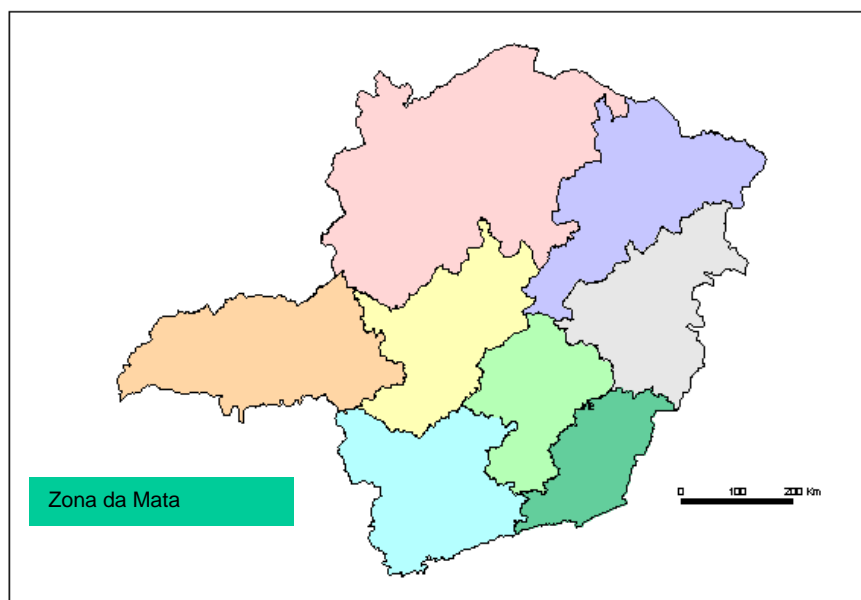
### 2.1. Localização e Meio Físico

A Zona da Mata de Minas Gerais situa-se no sudeste do Estado, fazendo divisa com outras três meso-regiões mineiras: com o Sul de Minas, ao sul, com a região do Rio Doce, ao norte, e com a região metalúrgica/Campo das Vertentes, à oeste. Na sua fronteira leste a Zona da Mata limita-se com os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (mapa 01). A região é formada por 142 municípios que ocupam uma superfície de 35.748,7 mil Km<sup>2</sup> o que corresponde a 6,09 % da área do Estado (PROPEDAF, 2002).

O território que corresponde à Serra do Brigadeiro e entorno está situado na porção norte da Zona da Mata mineira, sendo formado pelos municípios de Araçuaia, Divino, Ervália, Muriaé, Fervedouro, Miradouro, Pedra Bonita, Rosário de Limeira e Sericita. Sua área total é de 2.944 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a 8,4% da superfície da Zona da Mata.

As principais vias de acesso ao território são a rodovia BR 116 (Rio-Bahia), que percorre os municípios de Muriaé, Miradouro, Fervedouro e Divino; a rodovia BR 262 (BH-Vitória) que cruza a BR 116 na altura do município de Realeza; a MG 262, que liga Belo Horizonte ao interior da Zona Mata, além de uma rede de estradas vicinais, pavimentadas ou de terra, que interliga os municípios do território.

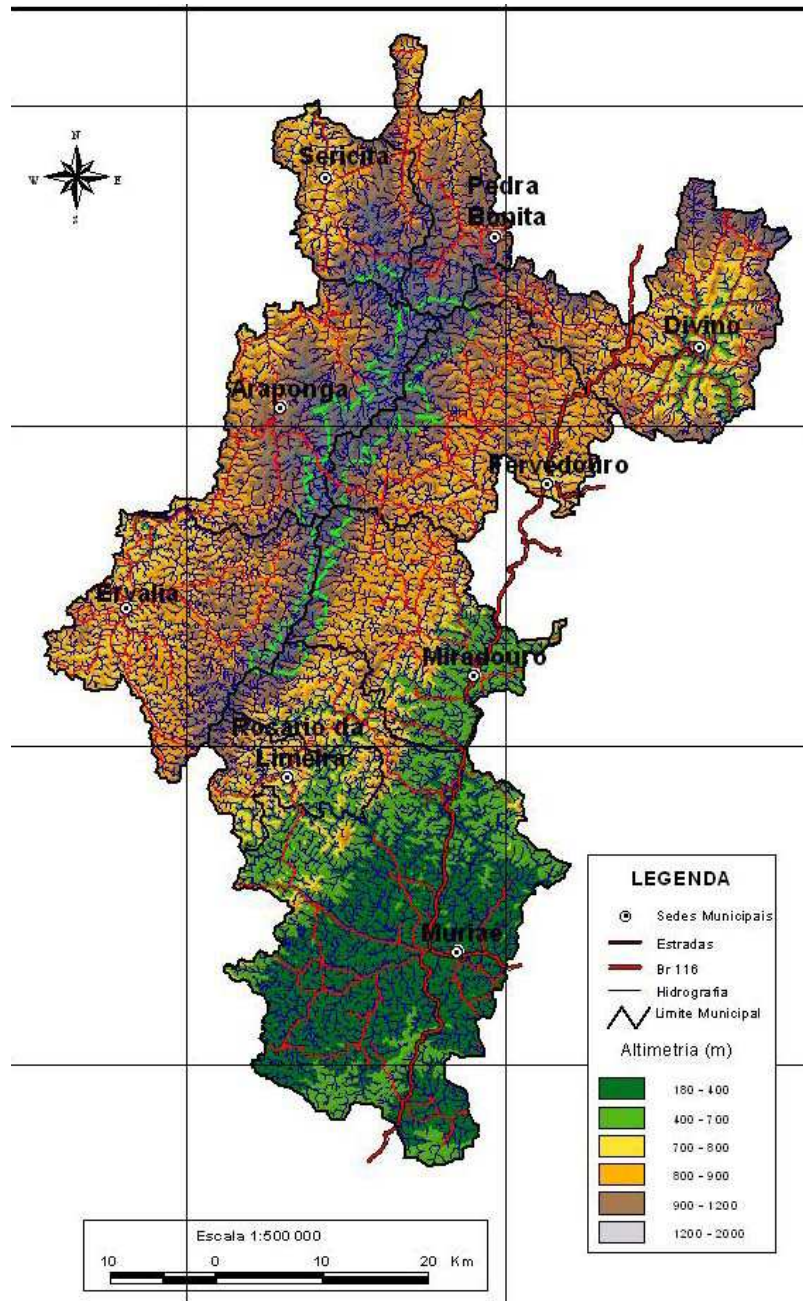
Mapa 01 – Localização da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais.



Fonte: PROPEDAF(2002). Adaptado do site <http://www.geominas.mg.gov.br/> - 2002

(microrregiões de planejamento de 1996)

Mapa 02 – Municípios que compõem o Território da Serra do Brigadeiro e PESB – mapa planialtimétrico.



No interior do território localiza-se a Serra do Brigadeiro, uma cadeia montanhosa (sentido norte-sul) que, em função do seu relevo fortemente acidentado, atua como uma barreira divisória ou como uma fronteira natural entre os municípios que se localizam nas porções leste e oeste do território. Situa-se no divisor de águas entre duas das mais importantes bacias hidrográficas do sudeste brasileiro: a bacia do Rio Doce e a bacia do Rio Paraíba do Sul.

Tabela 01: Meio físico e população dos municípios que compõem a Serra do Brigadeiro.

Municípios	Bacia hidrográfica	Índice Pluviométrico (mm)	Temperatura média anual (°C)	População rural	População Urbana
Araponga	RD	1500	20,9	5375	2541
Divino	PS	1200	n.d.	9756	8664
Ervália	RD/PS	1500	19	9458	7560
Fervedouro	PS			5956	3715
Miradouro	PS	1450	20,9	4851	4919
Muriaé	PS	1200	22,3	8178	83923
Pedra Bonita	RD	1340	18,8	4934	1303
Rosário de Limeira	PS	1564	23,5	2220	1649
Sericita	RD	1203	21,3	3971	3019

Legenda: RD: Bacia do Rio Doce; PS: Bacia do Rio Paraíba do Sul;

Fonte: Tabulação realizada pelo PROPEDAF (2002) a partir de dados do IBGE e outras fontes.

Algumas informações foram complementadas com dados da Assembléia Legislativa de MG.

### 2.1.1 Vegetação

A vegetação original do Território da Serra do Brigadeiro é a Floresta Estacional semidecidual (Floresta Atlântica), caracterizada pela dupla estacionalidade climática, com verão chuvoso e inverno frio e seco, quando de 20 a 50% das árvores perdem as folhas. Entre as espécies na Floresta Estacional Semidecidual destacam-se: *Copaifera langsdorffii* (copaíba), *Ocotea sp.* e *Nectandra sp.* (canelas), *Schizolobium parayba* (guapuruvu), *Cedrela fissilis* (cedro), *Plathymenia foliolosa* (vinhático), *Aspidosperma polyneuron* (peroba-rosa), *Cariniana estrellensis* (jequitibá-rosa) (PROPEDAF, 2002). Nas partes mais elevadas do território ocorre também os campos de altitude, especialmente junto a afloramentos rochosos como o Pico do Boné e Pico do Soares.

### 2.1.2 Clima

Nos municípios da classe 03 (Araponga, Ervália, Divino, Fervedouro, Miradouro, Pedra Bonita, Rosário de Limeira e Sericita) o clima predominante é o Temperado Chuvoso (mesotérmico) – Cwb também chamado de subtropical de altitude, caracterizado por verões chuvosos e inversos de 4 a 5 meses secos. Já no município de Muriaé, localizado na parte mais baixa do território, predomina o clima Tropical Úmido (mega térmico) - Aw (Antunes, 1996), citado por PROPEDAF (2002).

### 2.1.3 Solos

Segundo GJORUP (1998) o principal solo que ocorre na porção leste da Serra do Brigadeiro é o Latossolo Vermelho-Amarelo álico (LVa). Nas encostas da serra pelo lado ocidental ocorrem solos mais ricos em matéria orgânica, com presença de horizontes A proeminentes e húmicos, além de manchas de Latossolo Amarelo (LA) e, ao norte, Latossolo Vermelho-Amarelo húmico (LVh). Nos terraços ocorrem Argissolos Vermelho-Amarelo que, embora em menor proporção, são de grande importância para a agricultura. No lado ocidental da serra, e acima da cota de 1000 m de altitude, são encontrados Latossolo Vermelho-Amarelo húmico (LVh) caracterizados por possuírem boas propriedades físicas (alta permeabilidade, estrutura granular estável e elevada profundidade), porém são álicos e pobres em macro e micro nutrientes. Nas partes mais declivosas e acima da cota de 1500m de altitude são encontrados Neossolos Litólicos (RL) e Cambissolos húmicos (Ch) (GJORUP, 1998); (IEF, 2002).

### 2.1.4 Hidrografia

As principais bacias hidrográficas presentes na Zona da Mata são: a bacia do Rio Doce, que é formada pelas sub-bacias do Rio Piranga, do rio Casca, do Rio Matipó e do Rio Manhuaçu; a sub-bacia do Rio Piranga, por sua vez é formada pelas sub-bacias do Rio Turvo e do Rio Xopotó; a bacia do Rio Paraíba do Sul é formada pelas sub-bacias do Rio Paraibuna, do Rio Pomba, parte da bacia do Rio Muriaé e por porções de outras sub-bacias; já nos domínios da Serra do Caparaó encontra-se parte da bacia do Rio Itabapoana (PROPEDAF, 2002).

## 2.2. Breve Histórico dos Municípios

Municípios	Aspectos Históricos / Culturais
Araponga	São Miguel das Almas dos Arrepiados é o primeiro nome do atual município de Araponga. Com o nome primitivo de São Miguel e Almas dos Arrepiados, surgiu no Ciclo do Ouro, em 1781, quando D. Rodrigo José de Menezes, governador da Capitania de Minas, visitou a região e distribuiu sesmarias e áreas de mineração. Com o tempo, os veios auríferos se esgotaram e o crescimento do povoado tornou-se mais lento. Mas, em 1826, foi criada a freguesia de São Miguel e Almas dos Arrepiados, tornando-se São Miguel do Araponga, em 1857, quando foi elevado a distrito. Em 1938, com o Estado Novo, seu nome foi simplificado, para em 1962 tornar-se cidade. Em Araponga estão a Serra da Pedra Redonda, patrimônio ecológico, a imagem do Bom Jesus da Cana Verde e a igreja matriz de São Miguel Arcanjo, patrimônios históricos do município.
Divino	Habitada primitivamente por índios da tribo goitacazes, a região onde hoje se localiza o município foi desbravada, em 1833, por brancos que se dedicavam à agricultura. O povoado foi fundado por um grupo de moradores que decidiram sair em excursão, descendo pelo atual Ribeirão São João do Norte, até alcançar o Rio Carangola. Subindo por este rio, caminhariam até sentirem fome e, no local onde parassem para comer, fincariam uma bandeira com as insígnias do Divino Espírito Santo. De fato, ali construíram uma capela, que deu origem ao povoado, elevado a distrito em 1882, com a denominação de Divino Espírito Santo. Em 1923, o distrito passa a chamar-se Divino de Carangola, por estar subordinado a este município. Emancipa-se em 1938, com a atual denominação.

Ervália	Teve origem no antigo povoado de Capela Nova, mais tarde denominado São Sebastião dos Aflitos. Acredita-se que esta denominação tenha sido atribuída ao lugar devido à falta de recursos da região e ao seu isolamento em relação aos centros mais desenvolvidos. O povoado cresceu ao redor de uma capela construída em terras doadas por um fazendeiro, em função de um pequeno comércio de produtos da região, onde também ocorriam vendas e trocas de animais e contratação de mão-de-obra. Em 1938, tornou-se município, com território desmembrado de Viçosa. A atual denominação de Ervália data de 1943.
Fervedouro	Criado em abril de 1992, tendo sido desmembrado do município de Carangola. Fervedouro é conhecido por suas águas efervescentes e lamas medicinais, que atraem pessoas de várias regiões.
Miradouro	Toda a região, que teve Muriaé como centro, começou a ser desbravada no início do séc. XIX, quando Constantino José Pinto, chefiando numerosa expedição, adentrou por aqueles sertões na busca de riquezas naturais e de terras para a lavoura e o pastoreio. Depois de cruzar a Serra das Perobas, junto ao Ribeirão Fernando, o bandeirante foi atacado pelos índios Puris. Por não combatê-los, conseguiu atraí-los, contando com a participação de muitos membros da tribo em sua expedição, que desceu até o Rio Muriaé. Subindo pelo Guarus, afluente do Muriaé e hoje Rio Glória, os desbravadores foram instalando fazendas e povoados. Um desses povoados foi o de Santa Rita do Glória, que cresceu em volta de uma capela erguida na região. Em 1938, com o nome de Glória, o antigo povoado foi elevado a cidade e, em 1943, ganhou a denominação de Miradouro, justificada pela existência, nas suas proximidades, de uma elevação de onde se descortina esplêndida vista da região.
Muriaé	Em 1750, o capitão Inácio de Andrade, numa investida contra os índios, instala na região um verdadeiro estado de guerra. O governador da província, Luís Diogo Lobo da Silva, decide intervir, proibindo essas expedições e enviando o missionário padre Manuel de Jesus Maria para pacificar os índios. No princípio do séc. XIX, a expedição do capitão Constantino José Pinto consegue a colaboração dos índios e se estabelece junto a uma cachoeira do Rio Muriaé. Em 1819, o francês Guido Tomás Marlière ergue a capela onde hoje se encontra o largo do Rosário. Em 1846, a povoação que ali se forma passa a freguesia e, em 1852, se torna paróquia, com o nome de São Paulo do Muriaé. Em 1855, o município é criado desmembrando-se de Visconde do Rio Branco. Seu nome é reduzido para Muriaé, que significa "ter sabor de cana doce", em 1923.
Pedra Bonita	Instalado em 01/01/1996
Rosário de Limeira	Instalado em 01/01/1996
Sericita	Em 1741, índios botocudos atacam e destroem os povoados de Casa da Casca e Rio Santana. Expedições de bandeirantes são organizadas, e o povoado de Santana é reconstruído. No seu território, surge uma povoação chamada Jequitibá. Em 1917, Jequitibá passa a distrito. Em 1923, muda sua denominação para Itaporanga e, após vinte anos, o distrito passa a ser chamado de Sericita, sendo emancipado em 1962, com o seu território desmembrado de Abre Campo.

Fonte: Web-site da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; e Web-site do Governo do Estado de Minas Gerais;



### 2.3. O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro

A proposição de uma unidade de conservação na região da Serra do Brigadeiro remonta a algumas décadas, tendo se iniciado no âmbito das políticas para o meio ambiente no Estado de Minas Gerais. No início da década de 90 esta proposta tomou corpo na forma de um projeto de lei do executivo estadual voltado para a criação de um Parque Estadual na região, nas áreas situadas acima de mil metros de altitude, perfazendo uma extensão territorial de cerca de 33.000 ha. Esta primeira proposição fez emergir o problema social da desocupação da área do futuro parque, atingindo diretamente milhares de agricultores familiares e a população residente em diversos povoados e sedes de municípios que seriam afetados. A criação do parque acima da cota de 1000 metros de altitude redundaria, portanto, em um problema social resultante da desapropriação das áreas destas famílias de agricultores.

A partir de 1993-94 iniciou-se na região um intenso debate público sobre a pertinência da criação do parque e, ao mesmo tempo, sobre a necessidade de propostas alternativas que garantissem a permanência e a viabilidade da agricultura familiar na região. Neste momento inicia-se um ciclo de mobilização e negociação liderado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's), principais interlocutores dos agricultores familiares junto aos defensores da proposta: os órgãos do Estado.

Como principal argumento, as organizações sociais afirmavam que o fato de haver na região a predominância de agricultores familiares tradicionais, praticando uma agropecuária de baixo impacto ambiental, foi o que garantiu a preservação da área de Mata Atlântica ao longo dos anos.

Finalmente, como resultado deste processo de mobilização e negociação, é criado em 1996 o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), com uma área total de pouco mais de 13.000 ha, que correspondem à área remanescente de Mata Atlântica na região. Nesta nova configuração, a demarcação do parque acima da cota de 1000 m é descartada, garantindo-se a permanência dos agricultores familiares instalados nas proximidades da área de floresta definida como sendo o Parque Estadual.

Quadro 01: Área (em hectares), do uso da terra na área do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

<b>Uso</b>	<b>Área (ha)</b>
Mata	11.667
Capoeira	1.222
Afloramento de Rocha	274
Total	13.163

Fonte: GJORUP(1998)

Tabela 02: Participação dos municípios, em termos de área, na composição do PESB.

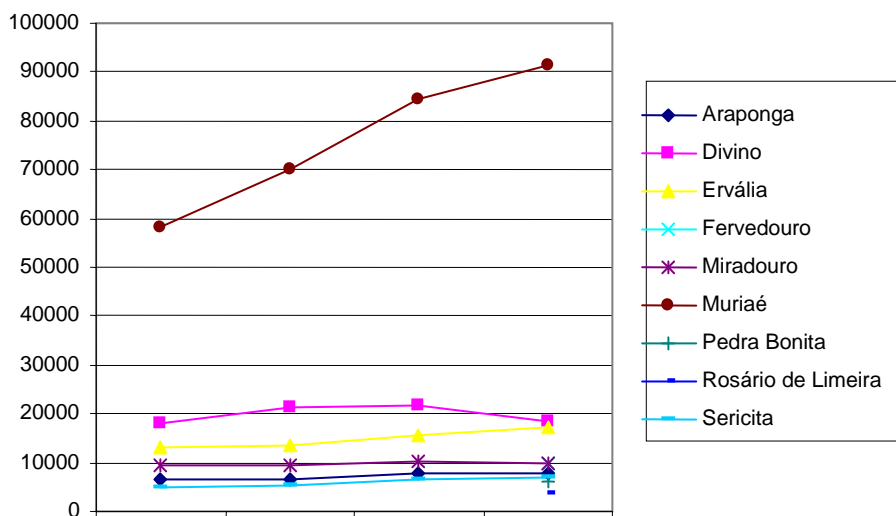
<b>Município</b>	<b>Ha</b>	<b>% em relação à UC</b>	<b>% em relação ao município</b>
Araponga	5.420	41,03	17,85
Divino	97	0,74	0,23
Ervália	1.158	8,77	3,24
Fervedouro	3.525	26,68	9,86
Miradouro	1.628	12,32	5,4
Muriaé	319	2,41	0,38
Pedra Bonita	372	2,82	2,14
Sericita	691	5,23	4,16
<b>Área total</b>	<b>13.210</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>

Fonte: Plano de Manejo do PESB – etapa I

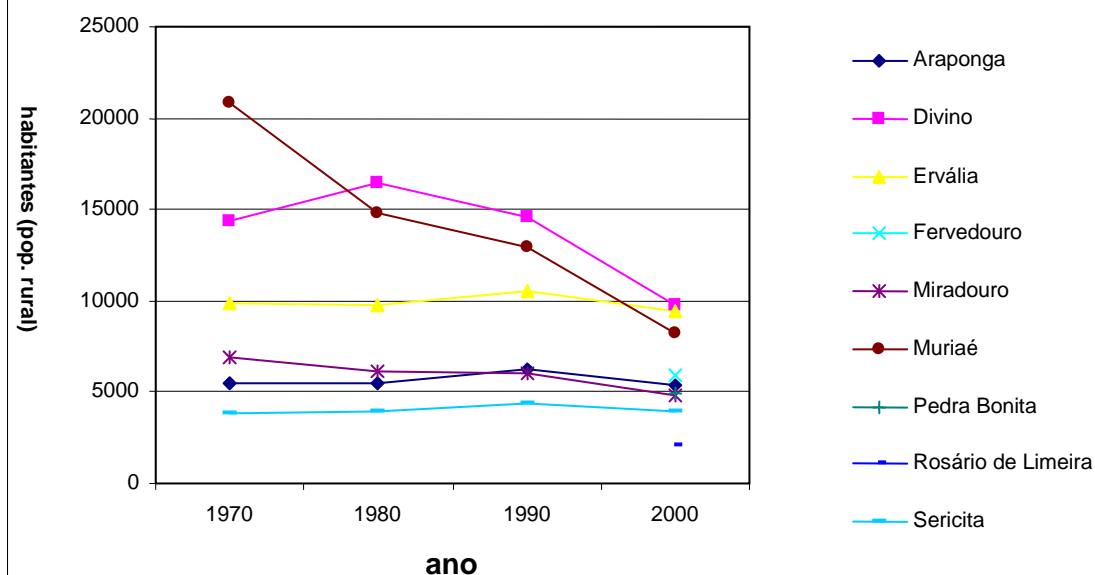
#### **2.4. A População do Território**

Os dados disponíveis sobre a população do Território da Serra do Brigadeiro demonstram que entre os anos de 1970 e 2000 a população da região aumentou cerca de 55%, passando de 109.994 pessoas em 1970 para 171.135 em 2000. No entanto, uma análise mais atenta vai demonstrar que este aumento da população total ocorreu de forma desigual entre os municípios que compõem o território. Com efeito, somente o município de Muriaé teve um acréscimo em sua população de cerca 33.000 pessoas, o que representa aproximadamente 54% do crescimento populacional do Território no período analisado. Os demais municípios apresentam uma variação consideravelmente menor da sua população total, enquanto registra-se em todos os municípios um processo de urbanização ou de migração da população rural para os núcleos urbanos.

**Gráfico 01: Variação da população dos municípios do território da Serra do Brigadeiro entre 1970 e 2000**



**Gráfico 02: Variação da população rural nos municípios da Serra do Brigadeiro entre 1970 e 2000.**



A tabela 03, abaixo, apresenta uma sistematização dos dados sobre a população dos municípios do território entre os anos de 1970 e 2000, segundo o IBGE.

Tabela 03: Variação da população do Território entre 1970 e 2000

Municípios	1970				1980				1990				2000			
	Urbana	Rural	%	TOTAL	Urbana	Rural	%	TOTAL	Urbana	Rural	%	TOTAL	Urbana	Rural	%	TOTAL
ARAPONGA	925	5.429	85	6.354	1.081	5.488	84	6.569	1.631	6.243	79	7.874	2.537	5.374	68	7.911
DIVINO	3.751	14.378	79	18.129	4.763	16.493	78	21.256	7.127	14.630	67	21.757	8.668	9.757	53	18.425
ERVÁLIA	3.264	9.919	75	13.183	3.548	9.791	73	13.339	5.034	10.517	68	15.551	7.555	9.455	56	17.010
FERVEDOURO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.714	5.956	62	9.670
MIRADOURO	2.305	6.927	75	9.232	3.201	6.156	66	9.357	4.228	5.999	59	10.227	4.915	4.852	50	9.767
MURIAÉ	37.316	20.837	36	58.153	55.161	14.829	21	69.990	71.651	12.934	15	84.585	83.245	8.173	9	91.418
PEDRA BONITA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.303	4.934	79	6.237
ROSÁRIO DE LIMEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.645	2.062	56	3.707
SERICITA	1.094	3.849	78	4.943	1.451	3.956	73	5.407	2.003	4.379	69	6.382	3.020	3.970	57	6.990
<b>TOTAL</b>	<b>48.655</b>	<b>61.339</b>		<b>109.994</b>	<b>69.205</b>	<b>56.713</b>		<b>125.918</b>	<b>91.674</b>	<b>54.702</b>		<b>146.376</b>	<b>116.602</b>	<b>54.533</b>		<b>171.135</b>

Fonte: IBGE / Assembléia Legislativa de Minas Gerais

## 2.5. A Economia do Território

Tabela 04: Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Território  
Ano 2000 - Unidade R\$ 1.000,00

Municípios	Agropecuário	%	Industrial	%	Serviços	%	Total
Araponga	6.933	49	466	3,32	6.619	47	14.018
Divino	17.527	35	7.259	14,65	24.773	50	49.559
Ervália	10.892	29	6.069	16,38	20.083	54	37.044
Fervedouro	7.476	34	2.402	10,83	12.292	55	22.170
Miradouro	6.518	16	15.247	38,34	18.003	45	39.768
Muriaé	19.679	6	95.642	28,62	218.879	65	334.200
Pedra Bonita	10.274	49	514	2,44	10.312	49	21.100
Rosário de Limeira	3.231	31	1.796	16,97	5.559	53	10.586
Sericita	5.598	40	798	5,71	7.587	54	13.983
<b>TOTAL</b>	<b>88.128</b>		<b>130.193</b>		<b>324.107</b>		<b>542.428</b>

Fontes: Fundação João Pinheiro (FJP) Centro de Estatística e Informações (CEI)

## 5.1 Finanças públicas

Tabela 05: Arrecadação do ICMS nos municípios da Serra do Brigadeiro  
Ano 2002; valores em reais.

Município	ICMS	%	População	Arrecadação per capita
Araponga	19.688,00	0,16	7.911	2,49
Divino	333.718,00	2,66	18.425	18,11
Ervália	318.321,00	2,54	17.010	18,71
Fervedouro	78.465,00	0,63	9.670	8,11
Miradouro	642.321,00	5,13	9.767	65,76
Muriaé	11.045.585,00	88,19	91.418	120,83
Pedra Bonita	4.834,00	0,04	6.237	0,78
Rosário de Limeira	61.752,00	0,49	3.707	16,66
Sericita	20.141,00	0,16	6.990	2,88
<b>TOTAL</b>	<b>12.524.825,00</b>	<b>100</b>	<b>171.135</b>	<b>(média) 73,19</b>

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda / Assembléia Legislativa MG

Tabela 06: Repasses dos fundos constitucionais aos municípios do Território  
Ano 2003 – valores em reais (R\$)

	FPM	ITR	LC 87/96	FUNDEF	Total
ARAPONGA	1.731.266,39	3.044,49	41.248,59	467.087,98	2.242.647,45
DIVINO	3.462.532,12	6.156,66	52.282,81	970.114,42	4.491.086,01
ERVÁLIA	3.462.282,05	4.972,66	51.096,31	538.438,85	4.056.789,87
FERVEDOURO	1.731.266,39	4.054,97	42.482,99	412.124,52	2.189.928,87
MIRADOURO	1.939.144,74	3.960,71	33.134,73	771.777,45	2.748.017,63
MURIAÉ	8.655.764,98	17.639,69	274.619,98	4.047.860,50	12.995.885,15
PEDRA BONITA	1.731.266,39	1.516,00	25.323,01	695.060,71	2.453.166,11
R. DE LIMEIRA	1.731.266,39	1.376,22	22.653,98	683.059,83	2.438.356,42
SERICITA	1.731.266,39	1.883,07	24.150,54	635.560,90	2.392.860,90
<b>TOTAL</b>	<b>26.176.055,84</b>	<b>44.604,47</b>	<b>566.992,94</b>	<b>9.221.085,16</b>	<b>36.008.738,41</b>

Fonte: [www.sef.mg.gov.br/assmunicipais/repasse/fpm.htm](http://www.sef.mg.gov.br/assmunicipais/repasse/fpm.htm); [www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br)

Tabela 07: Repasses de fundos públicos (FUNDEF e FPM)  
Ano 2003 – valores em reais (R\$)

Municípios	FPM	valor per capta (FPM)	FUNDEF	valor per capta (FUNDEF)	população
ARAPONGA	1.731.266,39	218,84	467.087,98	59,04	7.911
DIVINO	3.462.532,12	187,93	970.114,42	52,65	18.425
ERVÁLIA	3.462.282,05	203,54	538.438,85	31,65	17.010
FERVEDOURO	1.731.266,39	179,03	412.124,52	42,62	9.670
MIRADOURO	1.939.144,74	198,54	771.777,45	79,02	9.767
MURIAÉ	8.655.764,98	94,68	4.047.860,50	44,28	91.418
PEDRA BONITA	1.731.266,39	277,58	695.060,71	111,44	6.237
R. DE LIMEIRA	1.731.266,39	467,03	683.059,83	184,26	3.707
SERICITA	1.731.266,39	247,68	635.560,90	90,92	6.990
<b>TOTAL</b>	<b>26.176.055,84</b>	<b>152,96</b>	<b>9.221.085,16</b>	<b>53,88</b>	<b>171.135</b>

Fonte: [www.sef.mg.gov.br/assmunicipais/repasse/fpm.htm](http://www.sef.mg.gov.br/assmunicipais/repasse/fpm.htm) ; [www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br)

## 5.2 Produção agrícola

Em termos de produção agrícola o café se destaca como o principal produto do Território, ocupando a maior parte da área plantada, conforme mostram as tabelas 08 e 09. O município de Divino se destaca como aquele que possui a maior área plantada com café. Porém, uma análise mais atenta dos dados demonstra que o volume produzido não reflete no maior valor da produção, muito provavelmente em função da baixa produtividade e qualidade do café. Municípios onde os agricultores vêm buscando a produção de cafés de qualidade têm obtido um maior Valor da Produção/ha, como é o caso de Araponga que, embora tendo uma das menores áreas plantadas com café do território, conta com um bom índice de VP/ha.

Tabela 08: Indicadores da produção de café (em coco), no Território

<b>Municípios</b>	<b>AP (ha)</b>	<b>QP (t )</b>	<b>Produtividade (t/ha)</b>	<b>VP</b>	<b>VP/ha</b>
Araponga	2.712	4.068	1,50	3.958	1,46
Divino	9.658	12.169	1,26	8.032	0,83
Ervália	6.382	5.743	0,90	5.588	0,88
Fervedouro	3.963	5.121	1,29	3.380	0,85
Miradouro	1.700	2.040	1,20	2.346	1,38
Muriae	1.700	2.550	1,50	3.060	1,80
Pedra Bonita	5.300	7.950	1,50	5.895	1,11
Rosário de Limeira	1.250	1.875	1,50	2.250	1,80
Sericita	5.200	9.360	1,80	6.940	1,33
<b>Totais e médias</b>	<b>37.865</b>	<b>50.876</b>	<b>1,38</b>	<b>41.449</b>	<b>1,27</b>

AP = área plantada

QP = quantidade produzida

VP = valor da produção em mil reais

Fonte: IBGE, PAM, 2001

Organização dos dados: EPAMIG e CTA

**Gráfico 06: Área plantada com café nos municípios do Território Serra do Brigadeiro**

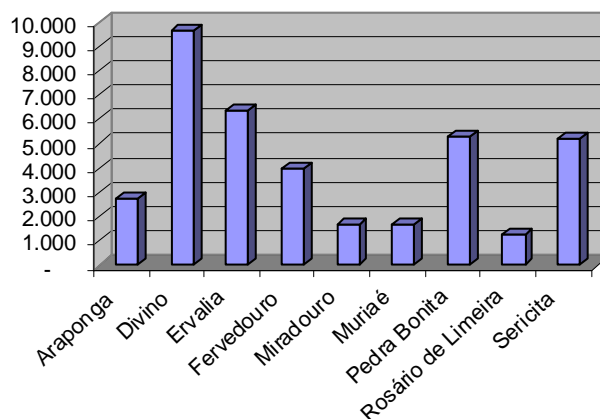


Tabela 09 – Cultivos de subsistência no Território

Municípios	Arroz			Cana – de – Açúcar			Feijão			Milho		
	AP (ha)	QP (t)	VP	AP (ha)	QP (t)	VP	AP (ha)	QP (t)	VP	AP (ha)	QP (t)	VP
Araponga	190	200	46	130	2.002	50	490	235	274	320	800	120
Divino	22	75	21	4	128	2	1.032	487	476	530	1.325	342
Ervália	250	425	106	20	800	18	3.900	2.037	2.383	3.300	5.940	986
Fervedouro	7	25	7	2	64	1	125	110	108	210	525	135
Miradouro	160	372	179	140	5600	129	518	317	206	1250	2500	550
Muriaé	540	2020	970	170	10200	235	650	390	254	500	1500	330
Pedra Bonita	46	46	12	145	4350	87	416	188	126	710	1065	240
Rosário de Limeira	30	90	41	45	2700	62	460	368	239	200	600	132
Sericita	16	16	4	5	150	3	214	101	68	492	1230	277
<b>Total</b>	<b>1261</b>	<b>3269</b>	<b>1386</b>	<b>661</b>	<b>25.994</b>	<b>587</b>	<b>7.805</b>	<b>4.233</b>	<b>4.134</b>	<b>7.512</b>	<b>15.485</b>	<b>3112</b>

ÁP = Área plantada; QP = Quantidade produzida; VP = Valor da produção em mil reais;

Fonte: IBGE, PAM, 2001; Tabulação: EPAMIG



Tabela 10 - Utilização da terra nos municípios do Território (1996).

Municípios	Utilização das terras (ha)								
	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Lavouras temporárias em descanso	Pastagens naturais	Pastagens plantadas	Matas e florestas naturais	Matas e florestas artificiais	Terras produtivas não utilizadas	Terras inaproveitáveis
Araponga	3.056,136	1.697,312	203,245	10.387,366	1.302,933	2.326,815	422,898	270,675	1.070,485
Divino	11.776,972	1.023,907	320,970	13.022,697	2.410,529	2.186,064	289,323	180,968	1.962,916
Ervália	4.637,534	1.668,327	177,200	11.277,790	1.330,401	2.116,380	262,721	223,958	1.126,806
Fervedouro	3.431,88	847,893	60,689	14.670,88	999,866	1.905,15	386,293	96,614	813,566
Miradouro	2.079,060	1.860,745	480,637	12.242,725	3.068,643	1.796,636	184,384	211,326	556,548
Muriaé	3.967,67	4.758,64	911,45	29.963,99	20.218,14	7.011,83	689,296	598,253	3.039,45
Pedra Bonita	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rosário de Limeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sericita	2.781,625	317,007	3,597	3.635,898	780,214	1.005,716	91,423	60,976	637,977
<b>Total</b>	<b>31.730,877</b>	<b>12.173,831</b>	<b>2157,788</b>	<b>95.201,346</b>	<b>30.110,726</b>	<b>18.348,591</b>	<b>2326,338</b>	<b>1642,77</b>	<b>9.207,748</b>

SIDRA - IBGE (1996)

Tabulação: EPAMIG

### 5.3 Produção animal

Tabela 11 - Efetivo dos rebanhos nos municípios do Território.

Municípios	Tipo de Rebanho										
	Bovino	Suíno	Eqüino	Asininos	Muares	Coelho	Ovino	Galinha	G,F,F,P	Codorna	Caprino
Araponga	10.491	2.292	634	0	39	36	140	8.348	19.367	0	391
Divino	9.358	705	285	7	90	0	32	2.150	7.890	0	45
Ervália	13.000	2.659	1.243	0	55	65	104	10.630	68.039	2.018	81
Fervedouro	8.797	1.293	591	2	31	8	65	5.730	8.066	17	23
Miradouro	14.134	4.664	709	5	119	0	216	8.691	14.833	0	120
Muriaé	55.826	15.942	2.901	3	305	55	218	16.015	25.198	150	261
Pedra Bonita	4.212	1.673	193	18	121	0	19	3.102	7.771	0	91
Rosário de Limeira	2.884	698	138	2	18	0	0	1.363	2.204	0	81
Sericita	4.747	1.911	350	16	49	0	10	4.205	7.353	0	77
<b>TOTAL</b>	<b>123.449</b>	<b>31.837</b>	<b>7.044</b>	<b>53</b>	<b>827</b>	<b>164</b>	<b>804</b>	<b>60.234</b>	<b>160.721</b>	<b>2.185</b>	<b>1170</b>

G = Galos, F = Frango, F = Franga e P = Pintos

Fonte: IBGE, PPM, 2001

Tabulação: EPAMIG

## 2.6. Infra-Estrutura

O Território da Serra do Brigadeiro conta com uma rede relativamente densa de estradas vicinais que permitem o acesso à maioria das comunidades rurais, aos distritos e sedes dos municípios. O acesso aos municípios de Araponga, Ervália, Muriaé, Miradouro, Fervedouro e Divino é facilitado pela existência de estradas pavimentadas ao passo que Pedra Bonita, Rosário de Limeira e Sericita são os municípios cujo acesso só é possível via estradas de terra. Internamente ao Território existem vias de acesso secundárias (estradas de terra) entre alguns municípios. Por estas vias, o município de Araponga, por exemplo, se liga a Ervália, Fervedouro e Sericita. A partir de Divino existe uma via de acesso para Pedra Bonita e daí para Sericita. Os serviços de transporte coletivo existentes na região são fornecidos por empresas particulares. Em geral, as prefeituras municipais disponibilizam transporte escolar gratuito para alunos da zona rural. No caso de Ervália, a Prefeitura ainda subsidia o transporte para alunos dos cursos noturnos da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Dos municípios do Território apenas Muriaé conta com um Aeroporto Público, com pista de asfalto de 1140 m de extensão e 23 m de largura.

Os dados sobre a rede de telefonia que atende aos municípios são insuficientes para se tecer um quadro geral da infra-estrutura de comunicação ao nível de Território. No entanto, dados de campo, atestam que a maioria das comunidades rurais contam com acesso restrito à linhas telefônicas.

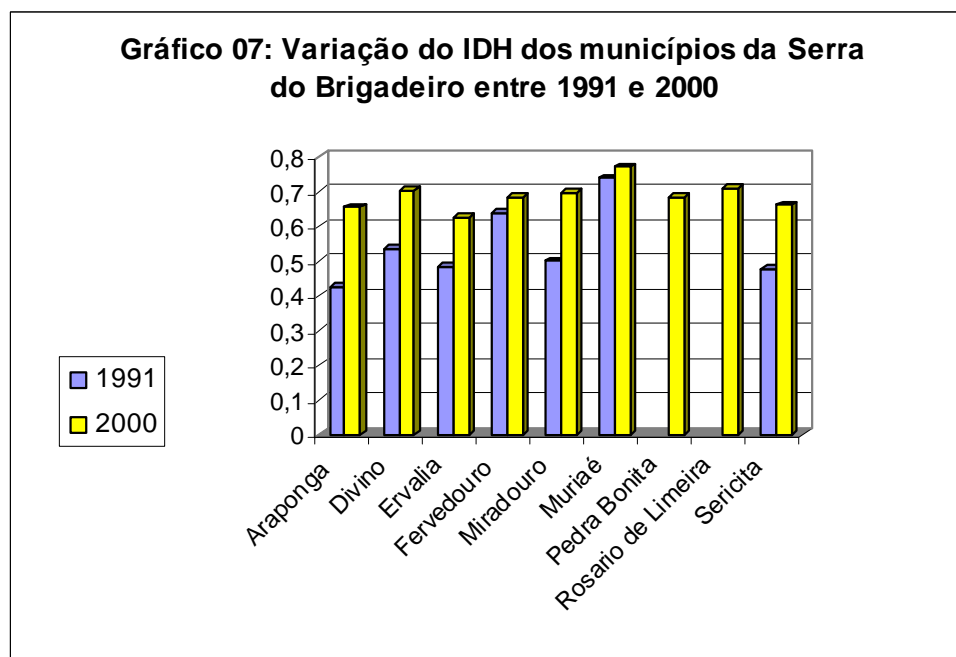
Tabela 12: Eletrificação Rural no do Território entre 1997 e 2001.  
Por município, consumo em KWh e número de consumidores:

<b>Município</b>		1997	1998	1999	2000	2001
<b>Araponga</b>	consumo	282913	330605	463410	541786	561949
	consumidores	120	162	264	316	399
<b>Divino</b>	consumo	3194715	3525450	3604595	3601454	3167130
	consumidores	970	1036	1054	1069	1326
<b>Ervália</b>	consumo	1368018	1705410	1994669	2016880	2173728
	consumidores	624	725	556	833	1053
<b>Fervedouro</b>	consumo	0	1129840	1120883	1286325	1083542
	consumidores	0	410	428	445	456
<b>Miradouro</b>	consumo	1057321	1125661	1242722	1280177	1153798
	consumidores	269	268	356	356	435
<b>Muriaé</b>	consumo	6395758	6727713	6793315	6970051	6390242
	consumidores	1418	1432	1453	1486	1709
<b>Pedra Dourada</b>	consumo	0	656548	766523	764897	771041
	Consumidores	0	374	391	401	415
<b>R.de Limeira</b>	consumo	0	481858	545430	640603	574220
	Consumidores	0	170	205	232	274
<b>Sericita</b>	consumo	490965	588563	664408	743889	694202
	Consumidores	292	306	335	358	392
<b>Total</b>	<b>Consumo</b>	<b>12.789.690</b>	<b>16.271.648</b>	<b>17.195.955</b>	<b>17.846.062</b>	<b>16.569.852</b>
	<b>Consumidores</b>	<b>3.693</b>	<b>4.883</b>	<b>5.042</b>	<b>5.496</b>	<b>6.459</b>

Fonte: CEMIG/Web site da Assembléia Legislativa de Minas Gerais

## 2.7. Serviços de Saúde e Educação

O gráfico 07 abaixo, demonstra um aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>1</sup> dos municípios do Território entre os anos de 1991 e 2000 atestando uma relativa melhoria na qualidade de vida da população dos municípios. O acesso a serviços de saúde e educação contribui para esta elevação do IDH municipal.



Fonte: www.fipe.gov.br - Tabulação:EPAMIG

## 2.8 Serviços Financeiros

As tabelas abaixo demonstram um substancial aumento da oferta de serviços financeiros para a agricultura familiar por parte de agentes financeiros oficiais (bancos), o que resulta da implementação da política de crédito agrícola do PRONAF. Com efeito, entre os anos de 2000 e 2003 foram disponibilizados mais de 20 milhões de reais do programa para o financiamento da produção agrícola nos nove municípios que compõem o Território, em 8.697 operações de crédito (contratos). Os três municípios que mais captaram recursos do PRONAF no período 2000-2003 foram, em ordem decrescente: Ervália, com 35% dos contratos e 28% dos recursos; Divino, com 17,9% dos contratos e 18,2% dos recursos; e Muriaé, com 17,7% dos contratos e 22,7% dos recursos de crédito alocados na região.

Tabela 13: Crédito Rural do PRONAF, por ano fiscal – montante e número de contratos por município.

Município	2000			2001			2002			2003		
	No. contr.	Montante (R\$)	Valor médio contr. R\$	No. contr.	Montante (R\$)	Valor médio contr. R\$	No. contr.	Montante (R\$)	Valor médio contr. R\$	No. contr.	Montante (R\$)	Valor médio contr. R\$
<b>Araponga</b>	57	133.738,00	2.346,28	68	150.963,44	2.220,05	110	325.473,58	2.958,85	336	481.552,54	1.433,19
<b>Divino</b>	404	1.015.372,03	2.513,30	585	1.196.478,76	2.045,26	147	469.555,87	3.194,26	425	1.086.027,76	2.555,36
<b>Ervália</b>	777	1.554.929,26	2.001,20	859	1.704.573,94	1.984,37	648	1.372.369,42	2.117,85	796	1.219.249,65	1.531,72
<b>Fervedouro</b>	79	174.139,16	2.204,29	95	288.230,02	3.034,00	37	161.966,93	4.377,48	52	234.745,24	4.514,33
<b>Miradouro</b>	124	350.220,83	2.824,36	116	342.625,94	2.953,67	90	219.254,89	2.436,17	158	651.350,94	4.122,47
<b>Muriaé</b>	340	1.238.709,22	3.643,26	342	1.088.468,21	3.182,66	278	614.583,02	2.210,73	583	1.752.704,68	3.006,35
<b>Pedra Bonita</b>	49	143.142,09	2.921,27	110	239.619,08	2.178,36	56	164.706,31	2.941,18	329	779.332,45	2.368,79
<b>R. de Limeira</b>	8	32.608,00	4.076,00	7	28.877,36	4.125,34	45	66.023,04	1.467,18	112	153.952,06	1.374,57
<b>Sericita</b>	19	72.898,68	3.836,77	112	225.980,15	2.017,68	66	174.222,87	2.639,74	278	726.114,06	2.611,92
<b>TOTAL</b>	<b>1857</b>	<b>4.715.757,27</b>	<b>2.539,45</b>	<b>2294</b>	<b>5.265.816,90</b>	<b>2.295,47</b>	<b>1477</b>	<b>3.568.155,93</b>	<b>2.415,81</b>	<b>3069</b>	<b>7.085.029,38</b>	<b>2.308,58</b>

FONTE: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES.

Dados atualizados BACEN: Até 02/2004; BANCOOB Até 04/2004; BANSICREDI: Até 04/2004; BASA: Até 04/2004; BB: Até 04/2004; BN: Até 04/2004 e BNDES: Até 04/2004 - Últimos 3 meses sujeitos à alterações.

Data da Impressão: 22/05/2004 19:23:33

Tabela 14: Crédito Rural do PRONAF aplicado na região da SB no período 2000-2003  
Montante, número de contratos, percentagem por município e valor médio dos contratos

<b>Município</b>	<b>total contratos 2000-2003</b>	<b>%</b>	<b>montante total (em R\$)</b>	<b>%</b>	<b>valor médio dos contratos (em R\$)</b>
<b>Araponga</b>	571	6,57	1.091.727,56	5,29	1.911,96
<b>Divino</b>	1561	17,95	3.767.434,42	18,26	2.413,47
<b>Ervália</b>	3080	35,41	5.851.122,27	28,36	1.899,72
<b>Fervedouro</b>	263	3,02	859.081,35	4,16	3.266,47
<b>Miradouro</b>	488	5,61	1.563.452,60	7,58	3.203,80
<b>Muriaé</b>	1543	17,74	4.694.465,13	22,75	3.042,43
<b>Pedra Bonita</b>	544	6,26	1.326.799,93	6,43	2.438,97
<b>Rosário de Limeira</b>	172	1,98	281.460,46	1,36	1.636,40
<b>Sericita</b>	475	5,46	1.199.215,76	5,81	2.524,66
<b>TOTAL</b>	<b>8697</b>	<b>100,00</b>	<b>20.634.759,48</b>	<b>100,00</b>	<b>2.372,63</b>

FONTES: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES.

Dados atualizados até BACEN: Até 02/2004; BANCOOB Até 04/2004; BANSICREDI: Até 04/2004; BASA: Até 04/2004; BB: Até 04/2004; BN: Até 04/2004 e BNDES: Até 04/2004 - Últimos 3 meses sujeitos à alterações.

Data da Impressão: 22/05/2004 19:23:33

Tabela 15: Rede bancária nos municípios do território

<b>Município</b>	<b>Rede Bancária</b>
Araponga	BEMGE SA
Divino	BEMGE SA, BANCO DO BRASIL S.A
Ervália	BANCO DO BRASIL S.A
Muriaé	BANCO DO BRASIL S.A., CAIXA ECONOMICA FEDERAL, BANCO HSBC BAMERINDUS S.A., BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A., UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., BANCO ITAU S.A., BANCO BRADESCO S.A.,

Fonte: Banco Central / Banco do Brasil / Assembléia Legislativa

## **2.9. Tecido Sócio-Organizativo**

Ao nível dos municípios do Território, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais se constituem na principal entidade de representação dos agricultores familiares, sejam eles, pequenos proprietários, meeiros ou assalariados. No entanto, os STR's são a expressão de um tecido organizativo formal. Existe, por outro lado, um forte arranjo institucional fundamentado nos laços comunitários, de parentesco e em grupos informais como as Comunidades Eclesiais de Base, grupos de reflexão ligados à igreja católica, grupos de jovens, entre outros. Este conjunto de organizações formais e informais formam um capital social<sup>2</sup> de base, a partir do qual emergem outras estruturas organizativas, tais como os CMDR's, Conselhos Municipais de Educação, Saúde, Meio Ambiente, entre outros.

Na Serra do Brigadeiro, os elementos de coesão social e identidade são dados pelo processo histórico que envolveu a ocupação da região a partir do século XIX e resultaram no estabelecimento de uma complexa rede de relações sociais, culturais, políticas e de parentesco à qual se ligam as famílias de agricultores familiares instaladas na região. Esta rede de relações está intimamente ligada ao padrão de uso dos recursos naturais disponíveis na região e as atividades produtivas daí resultantes.

A ocupação da região e sua incorporação ao sistema produtivo do capitalismo internacional ocorreu principalmente por meio da cafeicultura que, apesar das inúmeras crises pelas quais vem passando, permanece como a principal atividade produtiva para uma grande maioria dos agricultores familiares que ali vivem. As condições de altitude, solo e relevo se constituem em vantagens comparativas do Território em comparação a outras regiões, muito embora tenha havido um processo intenso de degradação ambiental resultante de mais de um século de exploração dos recursos naturais.

Por outro lado, nas décadas recentes os agricultores familiares da região vêm consolidando suas organizações formais e informais. Estas se apóiam naquelas redes de pertencimento e de solidariedade comunitária para configurar um tecido social dinâmico e capaz de atuar como elemento decisivo na busca de melhores condições de vida e da cidadania das populações rurais da região.

### **3. TRAGETÓRIA DO TERRITÓRIO DA SERRA DO BRIGADEIRO**

#### **3.1. Antecedentes**

Já no início da década de 60, professores do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa (UFV), tinham como preocupação o desmatamento frequente ocorrido na Serra do Brigadeiro, principalmente quando a Belgo-Mineira utilizou das matas nativas para fazer carvão para alimentar suas siderúrgicas. Essa preocupação resultou em um documento elaborado em 1980, por Elmar Alfenas Couto e James Dietz, sugerindo a criação de um Parque Nacional na Serra do Brigadeiro. Essa iniciativa contribuiu para que, em 1988, o governo do Estado de Minas Gerais promulgasse uma lei autorizativa para a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Essa lei propunha que os limites do Parque estivessem na cota de 1.000 metros de altitude, abrangendo uma área de 32.500 hectares e envolvendo os municípios de Muriaé, Mirai, Miradouro, Araponga, Abre Campo, Sericita, Fervedouro e Ervália.

Em 1993, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) deu início aos estudos para implantação do Parque. Nesse mesmo período, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araponga, professores e pesquisadores da UFV realizaram um diagnóstico no município de Araponga. Nesse diagnóstico constatou-se, entre outras coisas, a grande preocupação da população local com a conservação da região, a desinformação dos moradores sobre o processo de criação do Parque e a apreensão com a possibilidade de desapropriações se o Parque fosse implantado utilizando os critérios estabelecidos na Lei Autorizativa de 1988. Essas preocupações fizeram com que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) da região, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o CTA-ZM e alguns professores e pesquisadores da UFV se articulassem para auxiliar na mobilização da população, procurando esclarecer em que fase se encontrava o processo de implantação do Parque, e garantir a participação dos moradores nesse processo. Paralelamente, foi feito um levantamento do número de famílias que estariam dentro da área definida a partir da cota de 1.000 metros de altitude e constataram que existiam aproximadamente 400 famílias, o que representa aproximadamente 2.400 pessoas.

Feito isso, essas entidades acima citadas, mais o Pólo Regional da Federação dos Trabalhadores do Estado Minas Gerais (FETAEMG) e representantes das comunidades rurais da Serra do Brigadeiro se reuniram com o IEF, e com outras entidades, como o Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (CMCN) da UFV, pesquisadores da FAFILE e alguns representantes do poder público local (Prefeitos, Deputados etc.). Nessa reunião, os representantes dos moradores tiveram a oportunidade de reivindicar sua participação e de colocar suas preocupações, o IEF de informar como estava o processo de implantação do Parque e as entidades de colocarem seus pontos de vista a respeito da conservação da região. O resultado foi a formação de um grupo de trabalho (IEF, CTA, STR's) para realizar um levantamento sócio-econômico da região, e que juntamente com os levantamentos físico e biótico subsidiariam a implantação do Parque. Para esse trabalho foram feitas 22 reuniões envolvendo 632 moradores de 54 comunidades.



Dezenas de outras reuniões se originaram dessa primeira, reunindo membros do CTA, STR's, professores, pesquisadores da UFV, representantes de comunidades e o IEF. Como resultado desse processo, ficou acordado que as áreas produtivas (lavouras, pastagens, roçados) dos pequenos produtores não seriam incorporadas ao Parque, e as áreas de mata desses pequenos produtores seriam negociadas entre esses e o IEF. Após a criação de metodologias delimitatórias entre o IEF, o corpo técnico e as comunidades, é decretada a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, com pouco mais de um terço da área originalmente autorizada. Após a criação, o passo a ser dado é a elaboração do Plano de Manejo de forma participativa, de forma a manter vivos os anseios e expectativas da comunidade do entorno, da comunidade científica e do órgão gestor, e ao mesmo tempo garantir a manutenção da legislação específica.

Todo o processo para garantir as necessidades dos moradores do entorno do PESB e suas organizações, bem como a expressão da pluralidade de visões sobre o desenvolvimento da região, foram o "cimento" que unificou um sentimento de pertencimento à região da Serra do Brigadeiro. E este foi o principal motor do processo de criação do Território da Serra do Brigadeiro.

Em agosto de 2003, o CTA tomou conhecimento da criação dos territórios por parte do MDA. A partir daí, EMATER - MG, EPAMIG e CTA chamaram os atores sociais da região para construir a proposta do Território da Serra do Brigadeiro, que corresponderam e elaborou-se a proposta do território.

### **3.2. Proposição e Homologação pelo CEDRS**

Em 27 de agosto de 2003 ficou definido como seria o processo de seleção dos territórios de Minas Gerais e em setembro do mesmo ano foram aprovados os critérios de seleção pelo CEDRS. No mesmo mês, as entidades do Território da Serra do Brigadeiro foram chamadas para a apresentação da proposta, que na ocasião foi aperfeiçoada e assinada pelos atores sociais do mesmo.

Em 09 de outubro de 2003 o CEDRS aprova os cinco territórios de Minas Gerais, dentre eles o Território da Serra do Brigadeiro.

Acredita-se que o que credenciou o Território da Serra do Brigadeiro perante o CEDRS foi: identidade cultural; grande concentração da agricultura familiar nos nove municípios; grande articulação e parcerias já existentes no Território, o que garante grande capital social; e patrimônio ambiental aglutinador.

Os atores sociais não sabiam sobre o Programa de Desenvolvimento Territorial do MDA até poucos dias antes da seleção, por isso, não tinham uma proposta já organizada para o Território. Pensa-se que só foi possível propor, rapidamente, o Território, porque já existiam muitas informações sobre o mesmo, como Diagnóstico Rápido Participativo de alguns municípios.

Provavelmente, o mais marcante, e que teve grande influência na aprovação do Território, foi o capital social já existente.

### **3.3. Projeto Territorial 2003: ações imediatas.**

Após a aprovação do Território foi realizada uma oficina estadual nos dias 16 e 17 de outubro de 2003 para apresentação da metodologia de trabalho dos territórios, pelo MDA. E nos dias 30 e 31 do mesmo mês foi realizada uma oficina do Território da Serra do Brigadeiro para definir os eixos dos projetos para o PRONAF Infra-estrutura e, na ocasião, foi dito que não era necessário preocupar com limite de recursos. Naquela oficina foram definidos eixos e também demandas dos próprios municípios para a elaboração dos projetos, e foi tirada uma comissão para a elaboração dos mesmos, que contava com uma pessoa de cada município mais um representante das entidades CTA, EPAMIG e EMATER-MG. Esta. Em seguida, foi feita a elaboração do projeto do território a partir de uma reunião da comissão realizada no município de Miradouro.

Os eixos do projeto de Desenvolvimento Territorial foram assim definidos naquele momento: sistemas de produção agroecológicos, cooperativismo de crédito e educação profissional de jovens agricultores/as. Foram eleitas prioridades 1 e 2 no Projeto e, infelizmente, nem todas foram aprovadas.

Em 12 e 13 de novembro de 2003 foi feita uma reunião da Comissão de elaboração de projetos com representantes da secretaria executiva do PRONAF – MG, que questionaram onde estavam os planos de trabalho. Então, cada município apresentou seu projeto e plano de trabalho. Mas acabou havendo restrição de recursos e nem todos os municípios estavam na reunião, sendo necessário priorizar alguns projetos em detrimento de outros por causa do orçamento, gerando descontentamento nos municípios.

Após este episódio, o projeto foi apresentado em Belo Horizonte ao CEDRS e foi necessário formatar novamente os projetos, para atender a questão legal dos recursos, em curto espaço de tempo. Essa formatação também gerou descontentamento por parte de algumas pessoas nos municípios, pois não havia conhecimento prévio da mesma nem por parte dessas pessoas e nem pela comissão de elaboração de projetos. Depois de tudo isso, o projeto do Território seguiu para Brasília sem novos transtornos.

Após este momento cada executor se ocupou de encaminhar a burocracia do respectivo projeto e houve uma dispersão dos atores sociais até o início de 2004.

Em 24 março de 2004 foi realizada uma reunião, em Viçosa, com representantes de todos os municípios do Território da Serra do Brigadeiro para ser repassado todo o processo, avaliar o mesmo, informar sobre as novas possibilidades de apoio da SDT e definir um cronograma de atividades. Naquele momento, criou-se a CIAT e foi definido, também, as pessoas que iriam participar da *Oficina Estadual de Alinhamento Conceitual e Metodologia para Desenvolvimento Territorial*, em Belo Horizonte.

Nos dias 5 e 6 de abril ocorreu a oficina em Belo Horizonte e os descontentamentos foram levados para o MDA, surgindo assim, a Carta de Belo Horizonte com indicações para o CEDRS e para o MDA. A partir daí a CIAT passou a se reunir.

No mesmo mês, foi realizada, pelo MDA, a oficina de *Apoio a Estratégia de Desenvolvimento Territorial* com a Rede Nacional de Entidades Executoras, em Recife, e o CTA e a EMATER – MG tiveram representantes. Nesta oficina foi definida

a metodologia para capacitação e elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Em 25 de maio de 2004, foi realizada uma reunião no município de Fervedouro, com quatro representantes de cada município do Território da Serra do Brigadeiro, para deslanchar o processo de elaboração do Plano Territorial e definir as equipes locais de mobilização para realização do diagnóstico e capacitação dos CMDR's.

### **3.4. Construção e Afirmação da Identidade Territorial**

Foi realizada, em Viçosa, contando com a participação de representantes dos municípios que compõem o Território e convidados da SDT, UNICAMP e UFRJ, uma oficina de alinhamento conceitual sobre território, territorialidade e identidade territorial.

De acordo com a SDT, uma questão a ser pensada é como se delimita o espaço em que essas dinâmicas acontecem. No Brasil houve alguns estímulos para essa questão a partir da década de 90, como o Programa Comunidade Solidária, onde o foco era o município. Já a SDT não trabalha em espaço politicamente definido porque seu foco é gente, então não se pode falar de coisas que só têm sentido para alguns, mas sim para um mesmo grupo que tenha coisas em comum, e as fronteiras jurídicas e políticas não respeitam muito isso.

A SDT definiu território como sendo o espaço que afetivamente as pessoas sentem-se vinculadas. Ponderou que é difícil trabalhar em uma política pública a partir de uma definição tão sentimental, mas por outro lado, quando se vai a um território é possível perceber as referências e valores comuns das pessoas que ali vivem. Muitas coisas têm valor para as pessoas que vivem no local e não para o governo, como por exemplo, festas, tradições, etc. Há uma verdadeira sensação de casa e conforto quando se está, ou quando se fala, no local de origem das pessoas que ali vivem. Tudo isso define a identidade de um território. Esse estímulo comum que é despertado pelas pessoas que ali vivem, é a dinâmica que vai ser capaz de dar resposta ao estímulo governamental. Na maior parte das vezes, um município não define esse sentimento despertado, mas apenas a questão jurídica. Em um mesmo município pode haver mais de um território, o que dificulta a proposição de políticas públicas. Já em outros municípios, mesmo comunidades muito distantes se sentem parte de um mesmo território.

A SDT enumerou vários elementos para detectar territórios: o sentimento de pertencimento, o padrão histórico produtivo, a manifestação étnica, práticas religiosas e festas comuns, etc. Mas o sentimento de pertencimento a um território é mais determinante que todos os outros elementos citados, portanto, deve ser o principal fator de políticas públicas para a transformação, ou seja, ações que sejam melhoradas e monitoradas por aquelas pessoas que são unidas por esse sentimento de pertencimento. E afirmou que serão dadas as condições para se efetivarem as escolhas do povo de um território e assim empoderar essas pessoas.

Ana Clara (UFRJ) colocou que para ela, território é definido pelos poderosos, ou se trata daquilo que a história acumulou pela luta de sobrevivência de uma sociedade. A territorialidade como sendo resistência social com toda a sua cultura e força para encontrar condições de vida, o que é diferente de território. Acrescentou que conhecer a diferença de ambos os termos trata-se de uma defesa ética.

A professora salientou que formas de produção têm por trás formas de vida complexas que definem cotidianos e lugar. Considera fundamental compreender territorialidades e como desenvolvê-las, o que é diferente de crescimento econômico. Neste contexto, afirmou Ana Clara que os herdeiros da exclusão têm maior dificuldade porque não acompanham o crescimento econômico cada vez mais desenvolvido. Ela falou da importância de se pensar em envolvimento e não simplesmente em desenvolvimento. E em se pensando em desenvolvimento econômico, que se considere o envolvimento de saberes, pessoas, conhecimento, técnicas novas e antigas. Apontou que o desafio é como desenvolver envolvendo, tendo em vista melhoria para a sociedade. Buscar um desenvolvimento democrático num processo compartilhado para essa região, ou território criado.

Para Ana Clara, deve haver um diagnóstico de formas de vida e de sobrevivência. E pensar em como desenvolver essas formas de vida sem destruí-las, respeitando os valores das redes sociais de forma democrática e participativa.

Após as reflexões acima descritas os participantes trabalharam a identidade territorial a partir da seguinte questão: "O que nos identifica enquanto Território da Serra do Brigadeiro?"

Os grupos identificaram como identidade do Território da Serra do Brigadeiro:

- O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro;
- O cultivo do café de montanha, ou café de altitude, de qualidade;
- A agroecologia ;
- A cultura (festas, religião, hábitos, crenças);
- A predominância da agricultura familiar;
- O solo, o clima e relevo da região;
- Trabalhos de artesanato;
- O potencial para o ecoturismo e o turismo rural;
- A estrutura fundiária;
- A criminalidade ocorrida por conflitos fundiários em uma determinada época, em especial nas comunidades do entorno do Parque que são mais isoladas;
- A falta de infra-estrutura;
- A religiosidade como aglutinadora;
- A herança cultural indígena dos povos Puris;
- Grande interação entre as comunidades do entorno do Parque;
- A luta unida das comunidades no processo de criação do Parque da Serra do Brigadeiro;
- A água de boa qualidade e medicinal.

Ressaltou-se que o limite do território não é um limite político. Sendo que as comunidades do entorno do Parque têm grande identidade entre si, até mesmo mais que com outras comunidades do próprio município.

Houve entendimento dos atores sociais do Território da Serra do Brigadeiro de que as ações para o desenvolvimento territorial devem ter como foco as comunidades do entorno do PESB.

**Ao final desta oficina a plenária encaminhou que os/as moradores do entorno do PESB deveriam ser mobilizados e virem a fazer parte dos espaços deliberativos do Território da Serra do Brigadeiro em maior número por se tratarem do público de maior interesse deste processo.**

### 3.5. Diagnóstico e Elaboração do PTDRS

#### Diagnóstico territorial

Após a oficina de alinhamento conceitual foi realizado o diagnóstico nas comunidades do entorno do PESB, pelo CTA, contando com grande participação dos/as moradores/as das comunidades no período de julho a setembro de 2004.

Em seguida foram realizadas as oficinas municipais de conclusão de diagnóstico onde foram eleitos representantes dos municípios que iriam participar das demais etapas do processo, sendo em sua maioria moradores/as do entorno do PESB.

Paralelo a isto foi realizada, pela EMATER, a capacitação dos CMDRS nos municípios do Território.

#### - Oficina de conclusão do diagnóstico

Esta oficina aconteceu em Viçosa nos dias 23 e 24 de setembro de 2004 onde foi feita a devolução das informações do diagnóstico que foram analisadas pelos/as participantes, corrigidas e validadas. Além disso, fez-se uma discussão dos dados secundários do Território seguido de uma reflexão sobre a realidade presente.

Outra importante definição deste espaço foi sobre quais seriam os eixos de desenvolvimento territorial a partir das discussões realizadas nas oficinas municipais da etapa anterior.

▶ Foram separados quatro grandes eixos que estiveram presentes nas discussões de todas as oficinas municipais, colocados então, como Eixos do Território: *Preservação e Recuperação do Meio Ambiente*; *Turismo Rural*; *Fortalecimento da Agricultura Familiar Diversificada* e *Agroindústria Familiar e Artesanato*.

▶ Foram colocadas as diferenças entre se definir o *Café e o Leite* como eixos separados, como ocorreu em alguns municípios, ou em inseri-los no eixo *Agricultura Familiar Diversificada*. Trata-se de uma diferença de modelo de desenvolvimento, priorizar o especializado ou o diversificado, visando a sustentabilidade da agricultura familiar. Questionou-se se os dois, separados do eixo *Agricultura Familiar Diversificada* devem ser considerados como eixos territoriais ou regionais.

▶ Os eixos *Mamona* (Fervedouro), *Fruticultura* (Limeira), *Produção de Eucalipto* (Fervedouro) e *Cultura* (Ervália) foram questionados. Foi questionado se tais eixos são particulares ou do Território.

A partir destes questionamentos sobre quais eixos seriam territoriais, quais seriam regionais e quais seriam específicos de um determinado município, foram formados grupos de discussão, lembrando sempre da importância de focar o entorno do PESB, uma vez que esse é o Território da Serra do Brigadeiro.

Ao final do debate foram definidos, pela plenária, como grandes eixos de desenvolvimento territorial:

- ❑ Preservação e Recuperação do Meio Ambiente
- ❑ Turismo Rural
- ❑ Agricultura Familiar Diversificada
- ❑ Agroindústria Familiar e Artesanato
- ❑ Cultura

O café e o leite, como atividades especializadas sem diversificação, ficaram como pontos a serem aprofundados, questionados e debatidos nos municípios uma vez que remetem ao modelo de desenvolvimento que se pensa para o Território.

Os eixos mamona, fruticultura e eucalipto foram entendidos como atividades localizadas em alguns municípios não se tratando de eixos territoriais.

Foi pedido aos participantes que repassassem as discussões da oficina em reuniões com a comunidade e entidades do município que representavam. Pediu-se também que refletissem sobre: "Que ações podemos pensar, no âmbito territorial, para fazer valer estes 5 eixos de desenvolvimento definidos?" Sendo este o assunto da próxima oficina.

Foi colocado ainda que o prefeito de um dos municípios do Território impediu a participação de representantes das comunidades do município na oficina.

### **Oficina de elaboração do PTDRS**

Esta oficina ocorreu em Viçosa nos dias 14 e 15 de outubro de 2004 para elaboração das ações que iriam compor os eixos de desenvolvimento territorial definido na oficina anterior, bem como discutir qual o objetivo de cada eixo.

Após a discussão de objetivos foram definidas ações para cada eixo e trabalhou-se em detalhar aquelas de apoio do MDA devido ao momento de entrega de projetos estar próximo. Estas ações e todas as demais se encontram no PTDRS deste documento.

Vale ressaltar algumas decisões da plenária sobre o assunto nesta oficina:

#### *Preservação e Recuperação do Meio Ambiente*

As ações levantadas estão em ordem de prioridade, mas são ações muito conectadas e todas para esse ano. Foi citada a necessidade de uma infra-estrutura básica para realização do trabalho, destacou-se a necessidade de carros.

#### *Agricultura Familiar Diversificada*

Na ação: Encontro e Intercâmbios o executor será o CTA.

#### *Agroindústria Familiar e Artesanato*

A EMATER e a EPAMIG ficaram como os executores da capacitação para o artesanato, principal prioridade deste eixo. A infra-estrutura dos centros de referência seriam construídas com recursos do MDA. Torna-se necessário um estudo amplo para definir onde serão instalados os centros de referências, informações e comercialização sendo que o estudo seria prioridade para este ano e a construção dos centros seria a médio e longo prazo. Deve haver intercâmbio entre as diversas comunidades e associações, tanto de produtos quanto de informações e experiências.

#### *Turismo Rural*

O executor do Plano Territorial de Turismo Sustentável será o CTA e o executor da Capacitação será a EMATER.

## *Cultura*

Em Miradouro e Araponga seriam construídas Casas da Cultura e nos demais municípios haveriam mini-casas, aproveitando até mesmo as estruturas já existentes nestas cidades, ligadas, em sua maioria, à Secretaria Municipal de Cultura.

Após este momento, decidiu-se que os órgãos executores e duas pessoas de cada município (respeitando gênero e sendo um representante da sociedade e um de instituição pública) compareceriam em uma próxima reunião para discussão de orçamento e cortes que se fizessem necessários. A reunião ficou marcada para 25/10/04 em Muriaé.

Os participantes ficaram incumbidos de algumas tarefas:

- ❑ Conversar nos municípios sobre as suas prioridades.
- ❑ Levar para a próxima reunião um orçamento dessas prioridades, não precisando ser detalhado.
- ❑ Conversar com os prefeitos e levar a posição (condições e viabilidade de agir) das prefeituras e dos outros executores sobre os projetos.
- ❑ A CIAT ficou responsável por marcar uma reunião para estruturar o Conselho Territorial.
- ❑ A SDT ficou de informar a quantidade exata do dinheiro a ser destinado ao território.

## **Reunião em Muriaé – 25/10/04**

Ocorreu uma reunião em Muriaé para definir o projeto 2004 para a SDT/MDA. Foram elencadas as prioridades do território, com os respectivos executores, segundo a definição da oficina anterior. A maior parte dos executores levaram um orçamento e uma versão preliminar das atividades e investimentos a serem realizados. Porém alguns executores chegaram sem este nível de organização, o que gerou certas dificuldades.

Os presentes decidiram através de votação uma mudança na definição do executor para a realização do Plano de Turismo do Território. Também houve um aperfeiçoamento em uma das propostas, onde foi dado mais ênfase as ações de mobilização das comunidades e organizações para o enfrentamento em relação à ameaça das ações das mineradoras de Bauxita no entorno do PESB.

Quando os orçamentos de todas as ações e investimentos foram somados, constatou-se que o valor extrapolava muito a disponibilidade de recursos apontada pela SDT. Os executores fizeram uma revisão nas contas, baixando o orçamento, mas não foi suficiente. Foram discutidas as prioridades, e chegou-se ao entendimento (com unanimidade), de que as ações que tinham como executores as organizações da agricultura familiar deveriam ser prioritárias. Com este critério, foi alcançado o teto do valor do projeto, e ficaram de fora todas as ações de custeio que tinham como executores as entidades governamentais.

Posterior a esta reunião, já nos momentos finais da elaboração dos Planos de Trabalho, os executores foram informados que um dos territórios de Minas Gerais não apresentaria projeto ao MDA, o que ocasionou uma sobra de recursos para os demais territórios. Diante disso, alguns executores resolveram apresentar planos de trabalho correspondente às ações cortadas em Muriaé.

## **Oficina de conclusão do PTDRS**

Esta oficina aconteceu em Divino de 01 a 03 de abril de 2004 e o produto final do mesmo se encontra neste documento, no item planejamento estratégico.

### **3.6. Elementos da Gestão Social do Território**

Em março de 2004, foi constituída a CIAT: Comissão de Implementação das Ações Territoriais do Território da Serra do Brigadeiro. A CIAT é uma instância colegiada, formada por 4 organizações governamentais (Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-MG, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, Instituto Estadual de Florestas - IEF e a Prefeitura Municipal de Araponga) e 4 organizações da sociedade Civil (Pólo Regional da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MINAS GERAIS - FETAEMG, CTA-ZM, Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata e um(a) representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Ervália – CMDRS de Ervália), com função de coordenar as ações de desenvolvimento do Território da Serra do Brigadeiro até a instalação do Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Com a criação do Conselho Territorial, a CIAT poderá ser reestruturada em sua composição e suas funções.

Nos documentos do MDA, especialmente aqueles que tratam do Pronat, a SDT salienta que a gestão deve ser social para que as pessoas tenham o poder de definir e não somente o governo. Havendo, portanto, uma co-responsabilidade de todos os envolvidos onde não será perdida a individualidade de cada um, mas sim, uma articulação em prol de um desenvolvimento comum, e tratou isso como empoderamento. Acrescentou ainda que: “território é poder, e poder de quem está nele. O problema é que quando se trabalha políticas públicas tem que definir o jeito de fazer que se torne uma regra, ou norma, com menos sentimento”. Esta posição foi reforçada pelos representantes da SDT que estiveram presentes em várias etapas do projeto.

A SDT apresentou a proposta do MDA para a Gestão Social do Território, ressaltando que não se trata de uma proposta fechada. Lembrou que no dia anterior foi falado sobre o desenvolvimento que está sendo pensado tendo como foco a qualidade de vida das pessoas e busca possibilitar a efetivação das escolhas das pessoas. Recordou ainda a discussão de transformação e a mudança da dinâmica dos lugares a partir das pessoas envolvidas nos processo.

Em seguida, colocou que a missão do MDA é: “Fortalecer atores sociais locais através de um processo de planejamento do desenvolvimento sustentável daquele Território (definido por eles e não pelo governo). E integração de políticas públicas convergentes entre oferta e demanda.” Enfim, traduzir desejo em política nacional, o que é bastante difícil porque há disputa de poder. Afirmou que a estrutura é muito complicada e difícil.

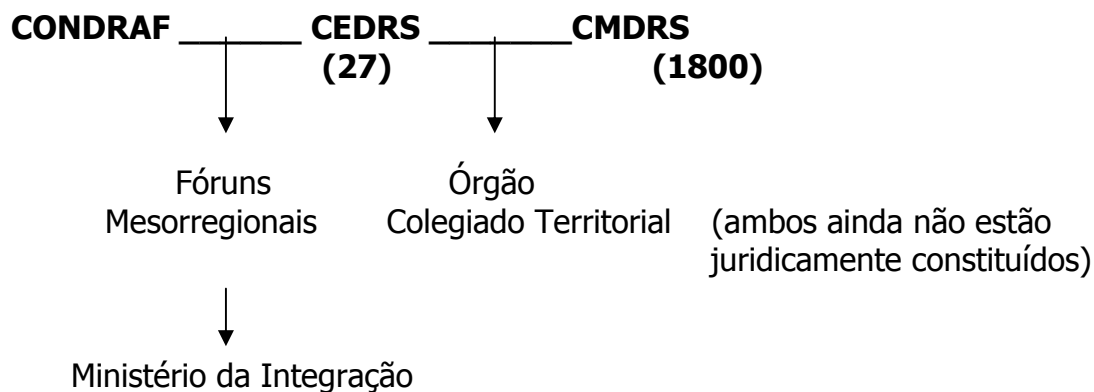
Explicou que a tradução desses objetivos em um programa foi assim pensado:

- Definir território a partir de uma identidade.
- Processo de formação de gestores sociais.
- Transformação da dinâmica.
- Convergência de instrumentos dos quais dispõe a SDT para que demandas que estão nos Planos de Desenvolvimento Territorial sejam atendidas.



Informou ainda que as oficinas são instrumentos de auxílio para provocar a formação de gestão do território. E que deve ser institucionalizado esse “poder fazer e efetivar escolhas”, Sendo fundamental acionar lideranças e população para legitimar o processo e o Plano. Para tal é definida a CIAT, que deve ser representada por quem é fiel representante das idéias do local. A partir da CIAT há uma melhor fluidez entre MDA e população/territórios, apesar de não haver ainda uma forma jurídica que reconheça esse território. Ressaltou que deve ser criada uma forma jurídica que melhor se adequê a cada território. Pode ser Fórum, Conselho, etc. Para o MDA é necessário que se crie um Órgão Colegiado paritário, entre governo, moradores/as e sociedade civil, de forma a ser democrático e representante legítimo do território, inclusive de seus conflitos.

De acordo com a SDT, há uma idéia de ser formada uma rede nacional de Órgãos Colegiados para o Desenvolvimento Rural Sustentável horizontal, não haverá sentido hierárquico, assim disposto:



Foi enumerado como funções do Órgão Colegiado:

- Mobilização;
- Planificação;
- Execução de projetos;
- Monitoramento de projetos;
- Retro-alimento do Plano de Desenvolvimento Territorial.

O Órgão Colegiado deverá, ainda, controlar recursos e acompanhar os projetos.

Essa instância será interlocutora perante o MDA e outros Ministérios, o que já está ocorrendo em locais onde há grande consolidação da mesma. Irá dialogar, também, com o Órgão Colegiado Territorial porque há uma grande integração.

Todas as áreas devem estar integradas no Plano de Desenvolvimento Territorial. O Órgão Colegiado será a instância gestora, ou cogestora, de instrumentos do Governo como saúde, educação, etc. Será, portanto, interlocutora do Governo. Não deve-se pensar apenas em PRONAF infra-estrutura.

A SDT enfatizou que existem dificuldades quanto à forma jurídica. Dizendo haver um grupo estudando e discutindo essa questão. E encerrou dizendo que o funcionamento do processo deverá acontecer com a rede interlocutora da legitimidade do território.

“Com relação à gestão do território, não se deseja tirar o poder do município, mas criar uma esfera de gestão social que aglutina em torno de si práticas humanas para objetivos comuns, ou seja, para projetos de desenvolvimento humano e seus

interesses. E haverá grande negociação com o poder público. Não está institucionalizado, e nós não vamos esperar a legalidade para fazer isso. Acreditamos na gestão social. Se a sociedade civil estiver junta, a chance de efetivar opções e objetivos é muito grande. Há locais que o prefeito não aceita e o Conselho está funcionando e tomando suas decisões. Quando se injeta recursos ocorre pressão e a sociedade tem conseguido validar seus objetivos. O Programa não está pronto, mas o diálogo com a sociedade civil está aberto e cada vez mais próximo.”

Reflexão da plenária:

“Como o Território foi construído? Foi uma via de mão-dupla. A criação do Parque teve uma grande mobilização da população local e a partir dessa luta constituiu-se o Território. Há movimento externo e interno (atores sociais locais). A identidade vem sendo constituída, e ela é uma identidade do Território e não dos municípios, mas das comunidades do entorno do Parque.

Há valores e formas de se relacionar que nem sempre são consensuais e percebidas aqui. Como os valores deles vão estar no Território de uma forma respeitada? A pressão do turismo é mais uma. Como a sociedade local se prepara para reagir? Queremos um desenvolvimento, mas como?

Os atores sociais devem mobilizar a população local para que as pessoas digam o que elas querem. E será que esse desenvolvimento para a Serra não pode ser o último tiro contra essas pessoas que resistiram até hoje? São tantas coisas como café orgânico de qualidade, turismo, etc. E o turismo pode ser o último tiro. Como fazer isso? Isso traz implicações para a gestão.

Outra coisa: como essas pessoas do entorno da Serra estão representadas nos CMDR's e como vão estar no Conselho Territorial? É preciso relacionar essas coisas, mas como?”

Foi feito um trabalho de grupo para discussão da gestão social do território tendo o seguinte resultado:

Apontou-se que deve-se realizar a capacitação dos CMDR's, o Diagnóstico do Território e o Plano de Desenvolvimento Territorial. Somente depois, deve ser constituído o Conselho Territorial que deve contar com a participação dos agricultores/as do entorno do Parque, representantes do governo e da sociedade civil. Sendo função deste Conselho mobilizar a população, elaborar planos de ação e executar as ações.

Ressaltou-se ainda, que para se criar o Conselho Territorial há que envolver mais o poder público. Também colocou-se que é importante saber ouvir as pessoas nas comunidades, ainda que as mesmas não falem, ou seja, entender o que querem dizer com o silêncio. E que o Conselho do PESB deve ser integrado ao Conselho Territorial.

A SDT afirmou que: “Plano Territorial não é um agrupamento de Planos Municipais. Então o CMDR é diferente do Conselho Territorial. É necessário ter atores territoriais. O Conselho do Parque já é um agente territorial. Deve haver lideranças que já são transversais ao Território. E deve-se ter coerência. Não faz sentido esvaziar os CMDR's para criar o CTDRS. Ambos devem trabalhar juntos.”

Em outro momento, na 1ª. Oficina de elaboração do PTDRS, foi feita a avaliação dos projetos 2003 seguida da discussão de critérios de executores de projetos e ações para o Território da Serra do Brigadeiro.

## **Critérios para definição de executores – MDA e Locais**

Esse espaço foi iniciado com a participação de José Janser Santana representante da SDT, para apresentar os critérios de definição dos executores sugeridos pelo MDA. Janser apresentou a missão e diretrizes da SDT que podem orientar a definição de critérios para executores.

<b>Missão da SDT</b>	<b>Diretrizes</b>
Organização e fortalecimento de ações sociais;	- Abordagem Territorial como referência; - Adotar planejamento ascendente;
Adoção de princípios/ prática de gestão social;	- Construção de alianças; - Ativar de forma descentralizada;
Implementação da integração de políticas públicas.	- Articular demandas e ofertas de políticas públicas - Apoiar processos de construção.

Na SDT, existe distinção entre duas formas de aplicação das verbas:

- Investimento: Para edificações, aquisição de veículos, etc. Só pode ser passada para entes públicos.
- Custeio: Para realizar planos, estados, contratação de serviços, capacitação etc. Pode ser passada para entes sem fins lucrativos.

Contudo esses critérios, que são políticas, requerem metas e diretrizes que têm que ter formas socializadas, aplicando as práticas e fortalecendo os atores sociais, articuladores das políticas. Os executores desses critérios têm que dialogar, ter contato com as comunidades trazendo as mesmas para dentro do processo. Alguns desses critérios são particularidades do território proposto e ao abrir a discussão para a plenária foram colocados os seguintes critérios pela mesma:

### **Critérios para definição de executores do Território da Serra do Brigadeiro:**

- Que os recursos venham para o Conselho ou Associação Comunitária e não para a Prefeitura;
- Para ser executora a Associação deve estar legalizada e funcionando há pelo menos dois anos;
- Seja representativa do público do Território;
- Tenha coerência das ações com o seu estatuto;
- Seja uma entidade sem fins lucrativos;
- Não possua caráter político-partidário;
- Não tenha caráter exclusivamente religioso;
- Que tenha atuação e identidade com o Território;
- Caminhar junto com o PESB (a perspectiva ambiental não deve ser apenas entorno do Parque);
- Que haja fiscalização da utilização dos recursos;
- Que o projeto seja viável. Que o executor tenha capacidade de executar o projeto;
- Que haja controle social de fato;
- Que tenha transparência na prestação de contas.

Foi muito ressaltado que é necessário haver controle social no Território, sendo relatado que há localidades onde os trabalhadores/as rurais não conseguem saber sobre o uso dos recursos que passam nas prefeituras. Portanto, nessas localidades a Prefeitura não deve ser a executora, mesmo participando do Conselho Gestor.

## 4. METODOLOGIA

O processo de elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra do Brigadeiro pode ser dividido nas seguintes etapas:

- realização do diagnóstico nas comunidades do entorno do PESB;
- realização das Oficinas Municipais;
- Oficina Territorial de Conclusão do Diagnóstico do Território da Serra do Brigadeiro;
- Oficina de Elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Oficina Territorial de Conclusão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

### 4.1. Realização do Diagnóstico nas Comunidades do Entorno do PESB.

O diagnóstico territorial do PESB foi realizado no período de julho a setembro de 2004. A equipe do diagnóstico realizou reuniões em 2 ou 3 comunidades de cada um dos 9 municípios do Território. Foram escolhidas as comunidades vizinhas ao PESB, por considerar que o desenvolvimento territorial deve abordar elementos comuns de identidade cultural da Serra do Brigadeiro que se localizam nas comunidades do entorno do Parque. O limite do território não é um limite político, mas cultural.

Os municípios e respectivas comunidades que participaram desta etapa foram:

Município	Comunidades
Araponga	Tromba D'Anta e Pereiras Boné Serra
Ervália	Dom Viçoso Careço Godinhos
Rosário de Limeira	Graminha* e Buracada Santana e São Bartolomeu
Muriaé	Pedra Alta São Tomé
Miradouro	Serrania Monte Alverne e Sapé
Fervedouro	São José dos Pinheiros Bom Jesus do Madeira Samambaia
Divino	Carangolinha de Baixo Carangolinha de Cima
Sericita	Cabeceira de Santana Cabeceira de Matipozinho
Pedra Bonita	Matipó de Cima Matipó de Baixo

\* Embora Graminha seja uma comunidade pertencente ao município de Muriaé sua população participa dos espaços de discussão enquanto Rosário de Limeira.

Nas reuniões de diagnóstico foi resgatado, junto às comunidades, o processo de criação do PESB e contextualizou-se desde a criação da política nacional à constituição do Território da Serra do Brigadeiro. Como recurso didático utilizou-se um mapa do Território com destaque no PESB e nos municípios do entorno.

Em seguida, realizou-se trabalhos em grupos. Os grupos foram separados, geralmente, em jovens, homens e mulheres, onde foi feita a construção coletiva do **Mapa** da localidade por cada grupo. A utilização dessa técnica permitiu à equipe conhecer a comunidade tanto em aspectos físicos, como também, em aspectos do dia-a-dia, infra-estrutura, serviços, trabalho, agricultura, relação com o PESB, cultura, religião e outros. Após o trabalho de grupo foi realizada uma plenária para socialização das informações geradas em cada grupo e reflexão coletiva sobre a realidade local.

Para encerrar a reunião, foram definidos os/as representantes da comunidade que iriam participar da Oficina Municipal realizada a posteriori, devendo ser 5 representantes por município, em que pelo 3 fossem agricultores/as (foi enfatizada a participação de representantes das comunidades do entorno devendo ter pelo menos 1 mulher).

Participaram desta etapa aproximadamente **560 pessoas**, sendo as mesmas moradoras das comunidades, representantes governamentais e da sociedade civil organizada.

## **4.2. Realização das Oficinas Municipais.**

Após as reuniões nas comunidades, realizou-se uma Oficina Municipal em cada um dos 9 municípios do Território, das quais foram convidados a participar os representantes eleitos em cada reunião nas comunidades, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, representantes da EMATER, do Poder Público Municipal, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os membros da CIAT (Comissão de Implementação das Ações Territoriais).

As oficinas foram iniciadas com a apresentação dos/as participantes, seguida da apresentação dos mapas do Território e do município em questão. Procedeu-se a contextualização da criação do Território da Serra do Brigadeiro, ressaltando-se a área definida como Território e os municípios que fazem parte do mesmo, bem como, os motivos que assim o definem.

Dando seqüência a este momento, foi pedido aos/as participantes que dividissem o município em partes de maior semelhança considerando aspectos físicos e culturais. Os municípios foram divididos em sua maioria em duas partes: alta (entorno do PESB) e baixa (próximo a sede do município). Em alguns municípios foi ainda acrescentada a parte do meio (ou intermediária as outras já citadas).

A partir dessa distinção, foi apresentada uma matriz com uma síntese das informações obtidas nas comunidades do entorno (parte alta) para apreciação, correção e validação pelo grupo presente. O grupo pôde, ainda, ampliar os dados das comunidades do entorno do PESB. Além disso, os participantes da oficina que habitam as partes "baixas" e "intermediárias" puderam inserir informações na matriz

referentes a estas partes. Essa matriz proporcionou um retrato ampliado do município aliando informações e reflexões sobre a realidade municipal.

Após essa reflexão discutiu-se ainda, as vocações do município, visando o desenvolvimento territorial sustentável, considerando o PESB como elemento aglutinador da identidade territorial e as comunidades de seu entorno como constituintes do Território da Serra do Brigadeiro e, portanto, zona prioritária de ação no município. Este trabalho foi realizado em grupo repetindo-se o equilíbrio de gênero, geração, entidades e representantes das comunidades do entorno do PESB. Em seguida, abriu-se uma discussão, em plenária, acerca dos eixos vocacionais do município, a partir do Território, bem como algumas ações para os mesmos.

Ao final das Oficinas Municipais foram eleitos 5 representantes de cada município para participarem da Oficina Territorial de Conclusão do Diagnóstico do Território da Serra do Brigadeiro, sendo 3 vagas para moradores/as do entorno do PESB (sendo pelo menos uma mulher) e 2 vagas para o Poder Público e sociedade civil organizada do município.

Participaram desta etapa aproximadamente **150 pessoas**, sendo as mesmas moradoras das comunidades, CIAT, representantes governamentais e da sociedade civil organizada.

#### **4.3. Oficina Territorial de Conclusão do Diagnóstico do Território da Serra do Brigadeiro.**

Esta oficina foi realizada em Viçosa nos dias 23 e 24 de setembro de 2004 para conclusão do diagnóstico e definição dos eixos de desenvolvimento do Território, com a participação dos/as representantes eleitos/as em cada município (moradores/as do Território, representantes governamentais e da sociedade civil organizada) e a CIAT.

O Encontro foi dividido em doze momentos, sendo:

1º momento – chegada e credenciamento.

2º momento – apresentação dos/as participantes, do objetivo da oficina e da programação.

3º momento – contextualização e memória do processo (etapas que já foram realizadas e etapas a serem realizadas). Resgate da discussão sobre territorialidade, identidade territorial e território, realizada na Oficina de Alinhamento Conceitual (junho de 2004).

4º momento – apresentação de uma síntese do diagnóstico do Território.

5º momento – trabalho de grupos, sendo os mesmos divididos por temas (agropecuária, infra-estrutura, cultura, meio ambiente, relação com o PESB, outros aspectos). Procurou-se garantir equilíbrio de gênero, geração e entidades em cada um dos grupos. Os grupos foram instruídos a analisarem o material referente ao diagnóstico, procurando completar ou corrigir quando fosse necessário. Foi pedido ao grupo, ainda, que procurasse analisar semelhanças e diferenças entre os municípios procurando entender os porquês.

6º momento – apresentação dos grupos e debate.

7º momento – apresentação e discussão sobre os dados secundários do Território.

8º momento – resgate dos eixos de desenvolvimento territorial tirados nas Oficinas Municipais buscando organizá-los e percebendo quais eram de relevância territorial, local e municipal.

9º momento – trabalho de grupos para discussão de quais eixos eram de interesse comum a todo o Território e quais se tratavam de interesse localizado.

10º momento – apresentação dos grupos e debate. Validação dos eixos de desenvolvimento territorial.

11º momento - encaminhamentos finais.

12º momento – avaliação da oficina.

Participaram desta etapa aproximadamente **55 pessoas**, sendo as mesmas moradoras das comunidades, CIAT, representantes governamentais e da sociedade civil organizada do Território.

#### **4.4. Oficina de Elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.**

Esta oficina foi realizada em Viçosa nos dias 14 e 15 de outubro de 2004 para a 1ª. Etapa da elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, com a participação dos/as representantes eleitos/as em cada município (moradores/as do Território, representantes governamentais e da sociedade civil organizada), a CIAT e a SDT.

O Encontro foi dividido em quatorze momentos, sendo:

1º momento – chegada e credenciamento.

2º momento – apresentação dos/as participantes, do objetivo da oficina e da programação.

3º momento – contextualização e memória do processo (etapas que já foram realizadas e etapas a serem realizadas). Resgate dos eixos construídos na oficina anterior.

4º momento – apresentação e avaliação da situação das ações e projetos enviados ao MDA em 2003 em cada município e entidade proponente.

5º momento – apresentação dos critérios para definição de executores sugeridos pelo MDA. Em seguida, discutiu-se e definiu-se os critérios para executores de projetos do Território da Serra do Brigadeiro.

6º momento – trabalho de grupos: discussão sobre a importância de cada eixo (agricultura familiar diversificada, agroindústria familiar e artesanato, turismo rural, cultura e meio ambiente) e o que se entendia como objetivo de cada um. Em seguida, cada grupo trabalhou na identificação das ações e projetos a partir dos eixos e hierarquização dos mesmos. Procurou-se garantir equilíbrio de gênero, geração e entidades em cada um dos grupos.

7º momento – apresentação dos trabalhos dos grupos e debate.

8º momento – discussão sobre a gestão do território.

9º momento – apresentação dos tipos de apoio realizados pela SDT/MDA nas diferentes linhas de ação do Território.

10º momento – espaço cedido ao IEF para apresentação do PROMATA (Programa de Proteção da Mata Atlântica em Minas Gerais).



11º momento – trabalho de grupo para qualificar e hierarquizar as ações e projetos que seriam enviados ao MDA em 2004.

12º momento – apresentação dos trabalhos dos grupos e debate.

13º momento – encaminhamentos para apresentação dos PTs e discussão de orçamentos e cortes contendo representantes de cada município do Território e executores. Os/as representantes foram tirados nessa plenária e a reunião agendada. Foi também agendada para o início de 2005 a oficina de conclusão do PTDRS uma vez que somente as ações e projetos que seriam encaminhadas ao MDA foram trabalhadas nesta oficina por serem prioridade naquele momento.

14º momento – avaliação da oficina.

Participaram desta oficina aproximadamente **60 pessoas**, sendo as mesmas moradoras das comunidades, CIAT, SDT, representantes governamentais e da sociedade civil organizada do Território.

#### **4.5. Oficina Territorial de Conclusão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.**

Esta oficina foi realizada em Divino nos dias 01, 02 e 03 de abril de 2005 para conclusão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, com a participação dos/as representantes eleitos/as em cada município (moradores/as do Território, representantes governamentais e da sociedade civil organizada), a CIAT, a SDT e a delegacia do MDA.

O Encontro foi dividido em quatorze momentos, sendo:

1º momento – chegada e credenciamento.

2º momento – apresentação dos/as participantes, objetivo da oficina, programação.

3º momento – resgate do processo territorial, contextualizando o atual momento.

4º momento – resgate dos eixos e ações levantadas na oficina territorial anterior a esta.

5º momento – apresentação da situação dos projetos enviados para o MDA em 2003 e 2004 por cada município e executor.

6º momento – apresentação da situação da ação das mineradoras de Bauxita na região da Serra do Brigadeiro.

7º momento – trabalho de grupos por temas (agricultura familiar diversificada, agroindústria familiar e artesanato, turismo rural, cultura e meio ambiente) para definir quais das ações são de relevância territorial e municipal, excluindo aquelas que já haviam sido enviadas ao MDA, na forma de projetos, em 2004. Em seguida, trabalhar aquelas ações de relevância territorial qualificando-as (parceiros, como realizá-las, possíveis executores, abrangência, apoio) e hierarquizando-as. O grupo também pôde avaliar se as ações contemplavam cada eixo ou se seria necessário acrescentar mais algumas. Procurou-se garantir equilíbrio de gênero, geração e entidades em cada um dos grupos.

8º momento – apresentação dos trabalhos dos grupos e debate.

9º momento – análise de envolvimento dos atores sociais do Território. Neste espaço, cada ator social, presente na oficina, apresentou ações que vem

desempenhando no Território que vão de encontro com aquelas levantadas nos eixos de desenvolvimento territorial. O objetivo dessa análise foi perceber o que já tem sido realizado em comum com o que é demanda, possibilitando uma análise de ações e potenciais executores das mesmas, além de permitir melhor compreensão desses atores.

10º momento – informe qualificado sobre o Monitoramento do Território feito pela EPAMIG (executora desta ação).

11º momento – encaminhamentos gerais.

12º momento – avaliação da oficina.

Participaram desta oficina aproximadamente **55 pessoas**, sendo as mesmas moradoras das comunidades, CIAT,SDT, delegacia do MDA, representantes governamentais e da sociedade civil organizada.

Com os produtos destes eventos (reuniões, oficinas), o CTA (responsável pela execução do PTDRS), organizou as informações e finalizou este documento.

## 5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TERRITÓRIO

### 5.1. Preservação e Recuperação do Meio Ambiente

**Objetivos:** a importância deste eixo está primeiramente na existência de uma unidade de conservação, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, dentro do Território. Dentro desta perspectiva a preservação ambiental em conjunto com a população, a conscientização dos/as moradores/as através da educação ambiental, a construção participativa de instrumentos de gestão municipal/territorial, a aproximação do IEF (Instituto Estadual de Florestas) com as comunidades, a diminuição das queimadas e dos desmatamentos, a recuperação dos ciclos da água e o manejo sustentável das unidades de produção familiar são vistos como objetivos essenciais. Também se torna necessária uma discussão aprofundada sobre a instalação de mineradoras no território.

**Ação 1:** Plano de Educação Ambiental para o Território

O Programa de Educação Ambiental deve estabelecer ações ambientais no Território e promover intercâmbios para trocas de experiências com relação ao tema, além de garantir a confecção de materiais educativos sobre o meio ambiente. O processo de elaboração do plano deve ser formativo e construído de forma participativa.

**Ação 2:** Mobilização das comunidades contra as mineradoras.

As mineradoras são entendidas como algo a ser urgentemente debatido em função do prejuízo que podem trazer para o Território, por isso foi estabelecida a necessidade de realizar um seminário que discuta a instalação das mineradoras no Território e a questão ambiental, solicitar audiência pública sobre as mineradoras no município e por fim promover o intercâmbio entre os/as moradores/as da Serra do Brigadeiro e locais onde ocorre exploração de minérios.

**Ação 3:** Plano de Comunicação Popular para o Território

Criar um plano de comunicação popular comprometido com a realidade dos/as moradores/as, que não seja simplesmente informativo, mas principalmente formativo (construtor de um olhar crítico permitindo a reflexão sobre a realidade e as informações que recebemos de fora, da formação técnica e política com relação à comunicação). O plano deve dar condição para que os/as moradores/as sejam ouvidos e se apropriem da comunicação de acordo com as necessidades de mobilização e intervenção nos processos de decisão.

As etapas para a construção do plano são:

- I- Elaboração do Plano de Comunicação Popular resgatando os mecanismos de comunicação popular e formação.
- II- Levantamento de como a comunicação acontece no território (comunicação comercial, oral, alternativa). Fazer resgate histórico de experiências e buscar informações sobre a instalação de rádios comunitárias e rádios livres.
- III- Captação de recursos para efetivação do Plano.

- IV- Estabelecer o processo formativo inclusive na construção do Plano.
- V- Fazer monitoramento e avaliação, tendo atenção aos impactos e reflexos da instalação desses meios de comunicação.

É necessário ainda, utilizar a comunicação para o trabalho. Foi proposto o trabalho de inclusão digital e de instalação de pontos de Internet para os/as moradores/as se comunicarem rapidamente.

**Ação 4:** Garantir o manejo sustentável nas propriedades promovendo a transição para o modelo de produção agroecológico.

Substituir a agricultura convencional, a qual gera impactos ambientais e sociais como a poluição das águas, a degradação do solo e a dependência dos fertilizantes químicos, através da construção da agroecologia. O público alvo desta ação seria os/as agricultores/as, os/as quais podem funcionar como cinturão da Serra do Brigadeiro, e professores/as da rede pública por se tratarem de educadores/as.

O trabalho de formação em agroecologia deve acontecer de forma diferenciada com as crianças, as mulheres e os homens para facilitar a difusão do conhecimento agroecológico.

**Ação 5:** Evoluir a base conservacionista do PTDRS.

Um dos fatores aglutinadores do território é a questão ambiental, assim para garantir a preservação desses recursos e diante da questão das Mineradoras é fundamental o avanço da base conservacionista do PTDRS.

A primeira etapa desse trabalho consiste na realização de uma capacitação dos/as moradores/as pelo Ministério do Meio Ambiente na região.

Outro ponto foi à discussão sobre o impacto da Belgo – Mineira no Território. Há demanda de levantar o impacto causado pela empresa no Relatório de Impacto Ambiental que será construído.

**Ação 6:** Promover a construção participativa da Gestão Ambiental do Território.

Criar a demanda por uma política específica voltada para o Território com base de preservação ambiental para que seja elaborado um termo de referência ambiental da Serra do Brigadeiro no Ministério do Meio Ambiente, garantindo o mesmo como apoiador, encaixando o projeto na especificidade de demanda induzida pelo Ministério.

A estrutura de gestão ambiental deve ser discutida. Sabe-se que existem modelos como: *Estrutura Administrativa* (Secretarias de Meio Ambiente, Conselhos para o controle social -COMDEMA); *Instrumentos Gestores* (legislações ambientais, Planos de Desenvolvimento, zoneamento ecológico, monitoramento e fiscalização, educação ambiental); *Levantamento* (que constitui no conhecimento da situação da gestão ambiental dos municípios).

A etapa imediata para a ação é o levantamento da situação da gestão ambiental nos municípios avaliando a situação do COMDEMA em cada município (qual a composição, se é paritário ou não).

**Ação 7:** Ações para a preservação e recuperação das águas do Território.

É importante que haja uma ação específica que envolva a questão das águas no território, que garanta a sua preservação e recuperação dos ciclos hidrológicos.

**Ação 8:** Valorização e remuneração por serviços ambientais.

Valorizar quem preserva o meio ambiente (produção de água/ fixação de nitrogênio) e remunerar tais pessoas por esses serviços, já que são serviços que beneficiam toda a sociedade.

Etapas para a realização desta ação:

I - Discussão conceitual das vantagens e desvantagens.

II - Organização da demanda como política pública do Território.

**Ação 9:** Elaboração de políticas públicas de saneamento.

Conseguir um local de aterro sanitário para o território. Esse aterro deve atender todos os municípios do território, onde se utilize como fonte de energia para seu funcionamento o gás produzido pelo lixo. Assim a construção seria em algum município, mas atenderia todo o território.

Uma proposta foi a construção coletiva do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), o qual define o destino do lixo e estimula a separação do lixo já nas casas. Uma vez que a coleta seletiva do lixo é muito cara, deve-se trabalhar com a possibilidade da criação de cooperativas de reciclagem. Como apoio o grupo levantou o PROMAT.

<b>Ação</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Fontes de Apoio</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Possíveis Executores</b>	<b>Prioridade</b>
<b>1 - Elaboração do Programa de Educação Ambiental</b>	Todo o Território: Crianças, jovens, mulheres e professores/as da rede pública.	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Organizações internacionais.	CTA ZM Grupo Ecopedagogia Ambiente Brasil Portal da Serra Grupo PES	EMATER	Imediata e permanente ***
<b>2 - Ações contra as Mineradoras</b>	Território - municípios atingidos	MMA Organizações internacionais	CEIFAR Associação Regional	CEIFAR Associação Regional	Imediata e intensiva ***
<b>3 - Elaboração de um Plano de Comunicação Popular</b>	Local e Territorial. Instrumentos diferentes para cada público.	Ministério das Comunicações MMA	Departamento de comunicação - UFV Rádios comunitárias Igrejas	CTA-ZM CIAT UFV	Curto prazo e permanente
<b>4 - Transição para o modelo agroecológico</b>	Agricultores/as de todo o Território considerando gênero e geração.	MMA e Organizações internacionais	Pró-Matas Associações locais Associação Regional STRs Secretarias de Agricultura CMDRS ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) Igrejas	CTA-ZM	Curto-médio prazo

<b>5 - Evoluir a base conservacionista do planejamento territorial.</b>	Todo o território (municípios interessados).	MMA Organizações internacionais	CTA ZM Poder público	CIAT Prefeituras Municipais CTA-ZM IRACAMBI	Curto - médio prazo
<b>6 - Gestão Participativa Ambiental</b>	Todo o Território.	MMA Organizações internacionais	Secretarias do Meio Ambiente Organizações UFV	Prefeituras Municipais CIAT	Curto - médio prazo
<b>7- Ações para a preservação e recuperação das águas do Território.</b>	Todo o Território.	Agência Nacional de Águas IGAM	CTA - ZM Sindicatos Prefeituras Municipais Pró- Matas	CTA- ZM Ceifar Associação Regional CIAT	Médio prazo
<b>8 - Valoração e remuneração por serviços ambientais.</b>	Todo o Território	Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)	Poder público STRs	CIAT Municípios	Médio prazo
<b>9 - Ações para o saneamento.</b>	Todo o território.	FNMA FUNASA CEF	Poder público	CTA-ZM CIAT Poder público	Médio prazo

\*\*\* já foram enviados projetos ao MDA 2004.

## 5.2. Turismo Rural

**Objetivos:** pretende-se explorar o potencial turístico do PESB e do Território de maneira a promover a qualidade de vida das comunidades sem, no entanto, descaracterizá-las e/ou desrespeitá-las. O benefício deve ser para todos os municípios, permitindo e facilitando a circulação de recursos dentro do território com o intuito de gerar ocupações rentáveis aos moradores/as e visando o desenvolvimento econômico, social e ambiental do mesmo.

**Ação1:** Elaboração do Plano de Turismo Sustentável do Território.

Realização de um inventário sobre as potencialidades e necessidades para o desenvolvimento do turismo, divulgação dos atrativos turísticos e o ordenamento do turismo.

**Ação2:** Capacitação de moradores/as para o turismo.

Processo amplo de formação considerando o que acontece em cada local e as experiências de cada um/a. Serão realizados cursos e intercâmbios.

É também importante a capacitação de prefeitos e vereadores acerca do tema, a conscientização e capacitação da população e a melhoria da segurança.

**Ação 3:** Proporcionar para a população informações para se relacionar com os turistas, como por exemplo, quem são, de onde vêm, qual o interesse dos mesmos na região, acesso a pontos turísticos.

**Ação4:** Busca de recursos para investir nas propriedades.

As fontes de apoio definidas pelo grupo são PRONAF e cooperativas de crédito e os possíveis executores são STRs e associações locais.

**Ação5:** Incentivar e promover a discussão do turismo adequado para cada município.

O grupo colocou os impactos que o turismo pode causar nas comunidades se não houver uma preparação e adequação dos municípios e comunidades para trabalhar com o turismo. Assim o grupo levantou a necessidade de uma nova ação. O público será os moradores, organizações populares, poder público e setores estratégicos como educação, saúde contando com o apoio do MDA, Ministério do turismo e IEF. O grupo levantou como possíveis executores as organizações locais e as prefeituras.

**Ação 6:** Construção de Centros de Informações Turísticas.

Construção de centros de informações turísticas e comercialização de produtos do território em cada município. Esses centros terão uma identidade em comum.

**Ação7:** Incentivar eventos culturais envolvendo as comunidades

O grupo vê a importância dessa ação entendendo a cultura popular tradicional como mais equilibrada e harmoniosa com a natureza. Os possíveis executores são o CEPEC, as comunidades e as prefeituras. As fontes de apoio para a realização dessa



ação seriam as organizações locais e as EFAs. Como opção de lazer para os moradores e atrativos para turistas.

**Ação 8:** Melhoria da Infra-Estrutura de estradas e sinalização das mesmas.

<b>Ação</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Fontes de Apoio</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Possíveis Executores</b>	<b>Prioridade</b>
<b>1 - Plano de turismo (inventário)</b>	Todo o Território.	Ministério do Meio Ambiente Ministério do Turismo	Prefeituras Municipais STRs ONG's EMATER EPAMIG Universidades IEF Conselho do PESB	EMATER	Imediata***
<b>2-Capacitação dos/as moradores/as</b>	Moradores/as do entorno do PESB e pessoas interessadas no assunto em todo o Território.	Municípios Ministério do Turismo MDA	STRs Associações locais Secretarias Prefeituras Municipais EMATER ONG's Universidades IEF EPAMIG Conselho do PESB	CTA-ZM CEIFAR	Imediata*
<b>3 - Proporcionar para a população informações para se relacionar com os turistas</b>	Locais do Território onde há visitas de turistas/ locais com potencial turístico.	Estado (SEMAD/IEF) MDA Ministério do Turismo	Organizações locais Prefeituras Municipais Comunidades	CTA CEIFAR Associação Regional	Curto prazo

<b>4 - Buscar recursos para investir nas propriedades</b>	Agricultores familiares /as do Território.	PRONAF (crédito investimento)/ Cooperativa de crédito	STRs; Associações Locais Secretarias Prefeituras Municipais EMATER ONG's IEF EPAMIG Conselho do PESB	STRs Associações locais Cooperativas de Crédito	Médio prazo
<b>5-Incentivar e promover a discussão do turismo adequado para local e município</b>	Moradores/as, Organizações sociais, poder público (setores estratégicos como educação e saúde) de todo o Território.	Estado (SEMAD/ IEF) MDA/ Ministério do Turismo	Organizações locais Prefeituras Municipais Comunidades	CTA CEIFAR Associação Regional	Médio prazo
<b>6 - Construção de Centros de Informações Turísticas</b>	Todo o Território (um em cada município).	Igrejas; Escolas Prefeituras Municipais Associações locais STRs Empresas Privadas MDA	STRs Associações locais Prefeituras Municipais	Prefeituras Municipais	Médio prazo

<b>7 - Incentivar eventos culturais envolvendo as comunidades</b>	Todo o Território. Começar com as comunidades que realizam atividades de turismo.	Municípios (Prefeituras) Organizações locais; EFA'S	Escolas / Igrejas Comunidades STRs Associações Locais CMDRS Secretaria da Educação Conselho do PESB	Comunidades Prefeituras Municipais CEPEC	Longo prazo
<b>8 - Melhoria da Infra-Estrutura</b> - Estradas e sinalização	Todo o Território.	Secretarias de turismo Prefeituras Municipais Empresas DER/ Ministério dos transportes	Prefeituras Municipais Universidades IEF	Prefeituras Municipais	Permanente

\* foi enviado projeto ao MDA 2004, tendo a EMATER como executora. Os próximos projetos deverão ter como executores o CEIFAR e o CTA, segundo deliberação da plenária.

\*\*\* já foram enviados projetos ao MDA 2004.

### 5.3. Agricultura Familiar Diversificada

**Objetivos:** garantir a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população através de uma agricultura que priorize a diversificação, sempre em busca da sustentabilidade, complementada pela viabilização da comercialização e formação de jovens voltados para a realidade da comunidade e da agricultura familiar. A organização dos/as agricultores/as torna-se necessário para consolidar uma estrutura comercial e facilitar informações sobre o acesso à terra e ao crédito apropriado à agricultura familiar (solidário). É necessário diversificar a produção agregando valores aos produtos, garantindo a regularidade produtiva e um mercado mais fixo e fomentador das trocas. O acesso a empréstimos para atividades, para além da cultura cafeeira, deve ser garantido. Também se torna essencial, neste contexto, tratar da questão das sementes que garante autonomia produtiva.

**Ação 1:** Consolidação das Escolas Família Agrícola.

A criação e/ou estruturação de Escolas Família Agrícola foram colocadas como prioridades. Quando se fala em formação está se referindo à formação política e à formação para o turismo rural, para o artesanato e agroindústria também. Em alguns casos a própria estrutura da EFA poderia ser utilizada para isto.

**Ação 2:** Promover intercâmbios de trocas de experiências agroecológicas entre os agricultores/as.

Estes intercâmbios têm o objetivo de construção e difusão da agroecologia no Território.

**Ação 3:** Consolidar a Infra-estrutura das Cooperativas de Crédito

O cooperativismo em cada município encontra-se em situação diferenciada e, conseqüentemente, possuem demandas diferentes. Há dificuldade de encontrar outras fontes de apoio para consolidar e/ou criar novas cooperativas, sendo que as prefeituras deviam investir mais.

As cooperativas devem ter como objetivo atender os agricultores/as, mas também prestar serviços à sociedade. Os recursos para tal ação são do MDA.

**Ação 4:** Capacitação dos/as agricultores em gestão de Cooperativas de Crédito

A gestão de Cooperativas de crédito é um tema complexo, necessitando de contínua capacitação. O cooperativismo em cada município encontra-se em situação diferenciada e, conseqüentemente, possuem demandas diferentes, que devem ser atendidas de acordo com o contexto local.

**Ação 5:** Viabilizar infra-estrutura para armazenamento e beneficiamento do café orgânico em Araponga, Fervedouro e Divino.

A estrutura para armazenamento e beneficiamento é local, mas com abrangência territorial. Trata-se de uma estrutura em Araponga que beneficiará os municípios de um lado da Serra e a outra em Divino para beneficiar os municípios do outro lado da Serra do Brigadeiro.

**Ação 6:** Realizar um Estudo de Viabilidade Econômica.

Para viabilizar a comercialização deve-se potencializar a organização dos/as agricultores/as investindo na formação, dando assessoria jurídica e contábil com o objetivo de incentivar os mercados locais. Em curto prazo torna-se necessário um estudo amplo de viabilidade comercial para que a médio/longo prazo sejam instalados centros de referência, informações e comercialização em todo o território. Cogitou-se até mesmo a criação de uma marca de produtos do Território da Serra do Brigadeiro.

Trata-se de um projeto de caráter técnico-científico. Existem duas possibilidades: conseguir verbas e contratar o serviço (inclusive levando em conta os recursos do MDA referentes ao custeio), ou então procurar um professor junto à Universidade Federal de Viçosa que organize um grupo interdisciplinar para construir o projeto junto com os atores sociais, e tentar recursos no CNPq ou na FAPEMIG para realização deste estudo. O estudo deve abordar todas as fases da cadeia produtiva tanto do que já é produzido quanto das potencialidades, abordando a viabilidade econômica, produtiva e de consumo (comercialização).

**Ação 7:** Realizar Encontro Multifuncional.

Deve ter tanto o caráter formativo quanto o político e também construir um marketing do Território, ou seja, começar a construir uma imagem territorial. Sinalizou-se para que ele ocorra no primeiro semestre de 2006, por ser ano de eleições presidenciais e de 2005 já haver várias ações a serem realizadas. Comentou-se que o trabalho da EMATER ainda não atinge muito os/as agricultores/as, sinalizando que a sociedade civil organizada seria melhor promotora do encontro do que uma instituição de governo e que o mesmo deve ocorrer numa cidade do Território.

Afirmou-se a necessidade de buscar outras fontes de apoio, mas que o MDA tem maior responsabilidade de apoiar tal ação.

Trata-se de um encontro público no qual haveria feira de trocas (de sementes e outras coisas), intercâmbio de experiências, cursos de capacitação, palestras e haveria também um espaço específico de aprofundamento sobre a criação de bancos de sementes. Devem-se discutir também Segurança Alimentar e Nutrição na Agricultura Familiar Diversificada.

A garantia do transporte dos alunos da EFAs e a sensibilização e capacitação de professores deve ser um dos painéis e assunto de discussão do Encontro.

**Ação 8:** Devolução do PTDRS

Deve ser feito nos municípios junto com o CMDR onde este tem atuação e por conta própria onde ele não tem atuação.

**Ações 9 e 10:** Maquinário Volante Completo de Beneficiamento do Café

Este recurso deve vir pela Prefeitura sendo repassado para os STRs a fim de que estes indiquem uma Associação local para administrar o uso da máquina.

Os recursos serão buscados junto ao MDA. Essa observação também vale para os municípios que já têm recursos do PRONAF 2004 aprovados.

Os municípios que demandam tal ação são: Araponga, Divino, Fervedouro e Limeira.

**Ação 11:** Adquirir equipamentos para galpão de Divino

O galpão se encontra em Divino, mas a proposta é que ele atenda todo o território, portanto a ação é territorial. Buscar recursos junto ao MDA.

**Ação 12:** Transporte dos alunos das EFA's

Garantir o cumprimento desta ação, mas sem permitir que ela se transforme numa ação paternalista. É necessário criar uma política territorial que garanta o transporte tanto dos alunos de outros municípios até os municípios que sediam as EFAs, quanto o transporte até a sede da escola dentro do próprio município e para as aulas de campo e intercâmbios. A responsabilidade deve ser das Prefeituras Municipais, entretanto, deve-se procurar trabalhar esta ação como uma linha de política territorial, a ser discutida durante o encontro multifuncional, a fim de que esta ação realmente se concretize.

**Ação 13:** Melhoria das estradas municipais.

Sobre a ação na área do transporte, concluiu-se que a manutenção das estradas é obrigação do município e deve-se cobrar das prefeituras.

**Ação 14:** Buscar infra-estrutura mínima que garanta o escoamento da produção das pequenas propriedades.

**Ação 15:** Treinamento de professores/as.

Discutiu-se que esta ação está bastante interligada à educação ambiental e que ela deve atentar para a sensibilização e capacitação do que é uma educação voltada para o campo. A nova política educacional de nucleação aliada à diminuição das escolas no campo e a ida, conseqüentemente, dos alunos do meio rural para o meio urbano acarretam muitos problemas. Portanto, esta ação deve vislumbrar a manutenção dos jovens no campo, informar sobre o PESB e o Território, sobre a relação com o meio ambiente e sobre a agricultura familiar. Hoje os alunos são formados visando empregos urbanos e se esquecem da importância do agricultor. Diante de tudo isto esta ação é tanto territorial quanto municipal.

**Ação 16:** Viabilizar infra-estrutura física de pontos de venda nos municípios.

Consiste numa ação local que deve ter apoio das Prefeituras Municipais e Organizações Sociais locais.

Esta é uma ação local necessária para viabilizar a infra-estrutura básica para as propriedades a qual o transporte é essencial, principalmente para viabilizar a comercialização.

<b>Ações</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Fontes de Apoio</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Possíveis Executores</b>	<b>Prioridade</b>
<b>1 – Consolidar EFA's</b>	Ervália, Fervedouro e Araponga.	MDA	STRs CTA-ZM EPAMIG EMATER Associações Locais	Prefeituras Municipais	Imediata ***
<b>2-Promover intercâmbio de experiências agroecológicas entre agricultores/as.</b>	Território	MDA	STRs CTA-ZM EPAMIG EMATER Associações Locais	Associação Regional	Imediata ***
<b>3 - Consolidar a infra-estrutura das Cooperativas de Crédito.</b>	Muriaé, Araponga*, Fervedouro, Divino, Miradouro.	MDA	Organizações, ADS/ CUT. FETAEMG/ CONTAG.	Prefeituras Municipais	Curto prazo
<b>4 - Capacitação dos/as agricultores em gestão de Cooperativas de Crédito</b>	Muriaé, Araponga, Fervedouro, Divino, Miradouro.	MDA	Organizações locais ADS/ CUT. FETAEMG/ CONTAG.	CEIFAR ADS/CUT	Imediata *
<b>5 – Viabilizar estrutura de Armazenamento e Beneficiamento do café orgânico.</b>	Araponga, Fervedouro e Divino*	MDA	Associações locais STRs	Prefeituras Municipais	Curto prazo
<b>6 - Estudo de Viabilidade Econômica,</b>	Território	MDA ou Financiadores de Pesquisa	EMATER EPAMIG UFV	CTA-ZM CEIFAR e Associação Regional	Curto prazo (urgente).



<b>Produtiva e de Consumo.</b>			Organizações locais	ou UFV	
<b>7 - Promover encontro Multifuncional (Formação com temas diversos, feira de produtos e troca de sementes).</b>	Agricultores/as e atores sociais do Território.	MDA PROSAM Cáritas Banco do Brasil Secretarias do Estado	EMATER EPAMIG CPT UFV Cáritas CRSAM Organizações locais	CTA-ZM CEIFAR Associação Regional	Curto prazo
<b>8 - Devolução do PTDRS nos municípios.</b>	Território	MDA	STRs CTA-ZM EPAMIG EMATER Associações locais.	CMDRS e CIAT	Curto prazo
<b>9 - Viabilizar maquinário volante de Beneficiamento do café (Infra-Estrutura)</b>	Araponga	MDA	Associações locais STRs	Prefeitura Municipal	Imediata ***
<b>10 - Viabilizar maquinário volante de Beneficiamento do café (Infra-Estrutura)</b>	Limeira Fervedouro Divino	MDA	Assoc. Locais STRs	Prefeituras Municipais (**)	Curto prazo
<b>11 – Adquirir equipamentos para galpão.</b>	Divino	MDA BNDS Fundação Banco do Brasil	Organizações em geral	Prefeituras Municipais (ver outras possibilidades)	Curto prazo

<b>12 - Garantir transporte dos Alunos das EFAs.</b>	Território	MEC Prefeituras Municipais	Parceiros das EFAs	Prefeituras Municipais	Médio
<b>13 - Melhorias das Estradas.</b>	Território	Prefeituras Municipais Governo Estadual Ministério do Transporte	Organizações em geral	Prefeituras Municipais	Curto prazo, ação contínua
<b>14 - Buscar infraestrutura mínima de transporte para as pequenas propriedades.</b>	Território	MDA	STRs CTA-ZM EPAMIG EMATER Associações Locais Prefeituras Municipais		Médio prazo
<b>15 - Treinamento de Professores/as.</b>	Território	FUNDEF	STRs CTA-ZM EPAMIG EMATER Associações locais	Prefeituras Municipais	Médio prazo
<b>16 - Viabilizar estrutura física de pontos de venda.</b>	Municípios	MDA	STRs Associações locais Prefeituras Municipais	Prefeituras Municipais	Médio/ Longo prazo

\* ver quais necessidades ainda restam porque esses municípios já enviaram projeto para o MDA em 2004.

\*\*a administração deve ser repassada para as Associações locais.

\*\*\* já foram enviados projetos ao MDA 2004.

## 5.4. Cultura

**Objetivos:** promover o resgate cultural das comunidades do Território buscando incentivos para perpetuação das tradições, principalmente nos locais onde elas ainda ocorrem. Difundir a cultura local como forma de manutenção da mesma e promover geração de renda para os/as moradores/as do Território através do turismo. Trabalhar a questão cultural como transversal a todos os eixos buscando sempre integrá-la na outras ações.

### ***Linha temática 1:*** Resgate Cultural

Trata-se de uma linha temática, tendo como ações propostas o diagnóstico cultural, a recuperação de tradições “perdidas” e o fortalecimento das tradições remanescentes e recuperadas, respectivamente. Discutiu-se que o diagnóstico, seguindo toda a linha de construção do PTDRS, deve priorizar as comunidades do entorno da Serra, sem, no entanto, deixar de contemplar outras comunidades rurais ou urbanas. Esse diagnóstico tem como função nortear as outras ações propostas, bem como permitir um levantamento de possíveis parceiros na construção das mesmas.

### ***Ação 1:*** Elaborar um Inventário da Cultura Popular do Território.

Fazer o mapeamento cultural do que ainda se pratica incentivando a continuidade e resgatar o que está na sabedoria dos antigos.

Como: organizar equipe, montar um roteiro, percorrer o Território.

Propôs-se envolver as escolas no diagnóstico, bem como o poder público no âmbito das Secretarias de Educação e a produção de material por parte dos grupos de trabalho propostos.

### ***Ação 2:*** Resgatar a cultura do Território.

- Coletar e sistematizar contos, receitas, construções de casas e outros.
- Resgate por meio de práticas pedagógicas nas escolas.
- Festa do Milho Sagrado.
- Capacitação de um grupo de cada cidade que vai aprender a cultura e danças antigas e trazer para o município.
- Resgatar a medicina caseira.
- Resgatar a história do lugar e publicar (Ministério da Cultura).
- Resgate da cultura da Nação Puri.
- Procurar os historiadores ou contadores de histórias.
- Charola de passas.

**Ação 3:** Incentivar a cultura local nos municípios para fortalecer a expressão da mesma.

Como:

- Campanhas, concursos e festivais (mídia)
- Festa do cabelo, folia de reis, artesanato, banda de música
- Festas: Santo Antônio, cavalgada, casamento do jeca, trabalhador rural
- Promover festivais, intercâmbios, trocas
- Festa do Divino

É necessário buscar apoio para aquisição de equipamentos, etc.

Esta ação pode ser independente de recurso do Governo Federal e poder ser realizada paralelamente às outras.

**Linha temática 2:** Casa de Cultura:

Esta linha temática é dividida nas ações: construção dos prédios, equipamentos e implementação, essa última entendida como organização e gestão.

A ação mais urgente é a discussão da implementação, uma vez que não se sabe como dialogar com as Prefeituras a respeito da gestão das casas, que já estão sendo construídas. Deve-se assim definir qual a participação de grupos que trabalham a questão cultural no funcionamento e gestão das casas.

Levantou-se ainda a necessidade urgente de discutir conjuntamente ambos os projetos de Casas de Cultura, de Araponga e Miradouro, para garantir que os projetos sejam o máximo possível sinérgicos.

As casas devem priorizar a agregação de valor a produtos da Agricultura Familiar e Artesanato, além do estímulo a tradições e manifestações culturais. Dessa maneira, deve-se discutir se as duas referências são suficientes para o Território ou se há necessidade de construção de outras casas em outros municípios.

Com relação aos equipamentos das Casas é interessante não vincular muito às Prefeituras e ao MDA, considerando-se para isso as questões a respeito da gestão levantadas anteriormente.

**Ação 4:** Implementar Centros de Cultura

Como: local para expor, comercializar, eventos, cursos, etc.

Para começar implementar 2 casas.

**Ação 5:** Conseguir equipamentos para o funcionamento das Casas de Cultura.

**Linha temática 3:** Divulgação

Além de locais turísticos, festas e outros eventos, é importante também levantar a história da ocupação do Território, a identidade perdida do nome dado à Serra do Brigadeiro e aos povos que habitavam a região antes da chegada dos europeus. Assim, a divulgação deve focalizar inicialmente as comunidades e municípios pertencentes ao Território e ir, aos poucos, se expandindo.

Algumas ações foram elencadas pelo grupo: programas de rádio, sítios na internet, reportagens de TV e a publicação de um jornal do Território.

Há preocupação com relação à transversalidade do eixo, difícil de ser contemplada em ações. Essa transversalidade pode ser contemplada na orientação

das ações, uma vez que há nítidas interseções do eixo Cultura e das ações propostas, tais como Divulgação e Casas de Cultura com outros eixos.

Para garantir que as comunidades se apropriem das ações propostas para esse eixo e efetivamente discutam cultura, deve-se estimular como resultado do diagnóstico a formação de grupos de discussão, bem como trabalhar a auto-estima dos moradores.

**Ação 6:** Organizar informações e calendário.

Como:

- Calendário das festas de cada município para divulgação.
- Organizar informações culturais sobre o que tem e divulgar através de um Calendário Festivo do Território.

**Ação 7:** Elaborar e distribuir material publicitário sobre o Território.

- Folders e fotos.

<b>Linha Temática</b>	<b>Ações</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Fontes de Apoio</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Possíveis Executores</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Resgate Cultural</b>	Diagnóstico	Territorial - prioridade às famílias do entorno do Parque e escolas.	MDA SDT BDMG Fundação Banco do Brasil	Organizações locais e poder público de cada município.	CEPEC	Curto prazo ***
	Resgate	Territorial	IPHEA Ministério da Cultura.	EMATER IEF Prefeituras Municipais CTA-ZM CEPEC STRs UFV.	CEPEC	Médio prazo
	Fortalecimento	Territorial		Prefeituras Municipais EMATER STRs CTA-ZM CEPEC	CEPEC	Contínuo
<b>Casas de Cultura</b>	Implementação	Territorial Municípios das sedes.	Não é necessário.	Prefeituras Municipais EMATER CTA-ZM STRs EPAMIG Associações Locais	Prefeituras Municipais STRs Associações e outras Organizações locais	Imediato

	Equipamentos	Municípios das sedes	Todos os citados anteriormente, acrescidos de: Prefeituras Municipais e empresas privadas.	STRs CEPEC	Prefeituras Municipais	Médio prazo
<b>Divulgação</b>	Divulgação da cultura local.	Territorial - a princípio nas comunidades do entorno do PESB, expandindo para regiões fora do Território.		EMATER IEF Prefeituras Municipais UFV CTA-ZM CEPEC STR's.	Prefeituras Organizações	Contínuo
	Organizar um calendário festivo.	Territorial			CEPEC	Imediata ***
	Folders e fotos do Território.	Territorial			A definir	Curto prazo

\*\*\* já foram enviados projetos ao MDA 2004.

## 5.5. Agroindústria Familiar e Artesanato

**Objetivos:** resgatar e fortalecer a agroindústria familiar e o artesanato (entendidos como elementos de identidade local) de forma sustentável. Tratá-los como estratégia de diversificação da produção, geração de renda e incentivo à produção agroecológica diversificada. Preparar as famílias para autogestão das agroindústrias familiares e da cadeia produtiva do artesanato. Organizar grupos de produção, comercialização e ensino-aprendizagem para os interessados na agroindústria familiar e no artesanato. Gerar produtos para atender o turismo e consolidar um mercado solidário valorizando o uso de matérias-primas locais.

### ***Linha Temática 1 → Diagnóstico***

**Ação 1:** Fazer levantamento de beneficiadores/as, receitas, artesanatos e matéria-prima local com potencial para ser usada na Agroindústria Familiar e Artesanato.

É válido que todas as comunidades dos municípios participem desta ação, para elas se sentirem importante dentro do Território e dentro do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), criando assim uma consciência de preservação.

A ação acontecerá através de diagnóstico em reuniões com ações de forma ascendente, da base até chegar às reuniões do CMDRS, ficando passo a passo descrito abaixo:

- reunir com as comunidades para sensibilizar para o diagnóstico;
- identificar participantes da comunidade para realizar o diagnóstico;
- capacitar "equipes" locais para os diagnósticos locais (municipais);
- sistematização dos dados do diagnóstico;
- devolução dos dados para as comunidades;
- planejamento das ações da Agroindústria Familiar e Artesanato.

### ***Linha Temática 2 → Capacitação e Intercâmbio***

**Ação 2:** Capacitação de multiplicadores/as das Organizações locais em:

- ◆ associativismo/ cooperativismo;
- ◆ organização da produção;
- ◆ gestão de empreendimentos/propriedades;
- ◆ beneficiamento;
- ◆ comercialização e mercado.

Essa capacitação deve se dar pelos/as participantes recebendo informações, palestras formativas e através da prática. Ter dois momentos na capacitação: teoria e prática. Através de treinamento, cursos e acompanhamento:

- realizar cursos para "representantes" das comunidades;
- realizar trocas de experiências/ matérias-prima;
- aproveitar espaços de festas/exposições para comercialização dos produtos do Território;
- intercâmbio de produtos entre os mercados solidários entre os entrepostos/ casa de cultura.



O intercâmbio é entendido como um modo de se fazer a capacitação e não como ação em separado, promovendo intercâmbios para se conhecer e adquirir conhecimentos de localidades que possuem Agroindústrias Familiares e que produzam Artesanato.

O intercâmbio de materiais para se fazer produtos entre os municípios do Território deve ser feito quando houver falta deles, é algo a ser tocado na capacitação de se gerir uma agroindústria, citada na ação anterior. Por tudo isso o grupo decidiu cortar essa ação do eixo entendendo que ela foi transformada em uma maneira de se fazer a ação anterior.

**Ação 3:** Capacitar agricultores/as beneficiadores/as em regularidade da produção agroindustrial familiar.

Os/as agricultores/as que forem beneficiadores/as, ou seja, que já tenham a prática do beneficiamento de produtos, que já possuam pequenas fábricas caseiras ou que sejam parte delas devem ser alvos dessa capacitação. Ou ainda que já estejam certos que vão trabalhar com o beneficiamento de produtos. Pois desta forma, a capacitação vai proporcionar a administração da produção, tanto da matéria-prima quanto dos produtos usados no beneficiamento, para que seja regular e que o produto esteja de forma regular no mercado.

Essa capacitação deve se dar através de seleção dos/as agricultores/as beneficiadores/as através do diagnóstico feito no Território e promover a capacitação dos/as mesmos/as.

### ***Linha Temática 3 → Mercado/Comercialização***

**Ação 4:** Acessar o mercado externo ao Território.

A primeira maneira de acessar o mercado externo é participando de feiras e eventos que ocorram fora do Território, enfatizando a participação nessas feiras e eventos levando os produtos e coisas típicas da região. Avalia-se que seria melhor desta forma e não promovendo feiras de agricultura familiar.

Outra maneira seria promover a divulgação dos produtos feita pelo Território, através dos mais variados meios de comunicação usando desde de propagandas a reportagens, catálogos dos produtos e outros. As maneiras de se fazer a ação foram:

- identificar espaços de feira/exposições/festas/lojas para comercializar os produtos para fora do Território;
- divulgar nas televisões regionais/locais (Viçosa, Muriaé,etc.);
- divulgar em jornais regionais/locais;
- confecção de um catálogo dos produtos do Território;
- divulgar no site/sítio da internet do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro(PESB).

O material de divulgação e a participação de feiras e eventos vão se dar tanto dentro como fora do Território, visando a divulgação massiva dos produtos.

## **Agroindústria Familiar e Artesanato**

<b>Linha Temática</b>	<b>Ações</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Fontes de Apoio</b>	<b>Parceiros</b>	<b>Possíveis Executores</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Diagnóstico</b>	Fazer levantamento de beneficiadores/as, receitas, artesanatos e matéria –prima local com potencial para ser usada na Agroindústria Familiar e Artesanato.	Todas as comunidades dos municípios do território.	MDA Ministério da Cultura Fundação do Banco do Brasil	Comunidades Organizações locais EMATER CTA-ZM STR Associações locais	CTA-ZM EMATER	Imediata*
<b>Capacitação</b>	<p>Capacitação de Multiplicadores/as das organizações Locais em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Associativismo/cooperativismo</li> <li>• gestão de empreendimentos/propriedades</li> <li>• beneficiamento</li> <li>• comercialização e mercado.</li> </ul> <p>Capacitar agricultores/as beneficiadores/as em regularidade da produção agroindustrial familiar.</p>	Todas as comunidades dos municípios do território.	MDA Ministério da Cultura Prefeituras Municipais Ministério da Agricultura	STRs Associações EMATER CTA-ZM Prefeituras Municipais e outros parceiros. STRs Associações locais EMATER CTA-ZM	Associações locais STRs EPAMIG CEPEC UFV e outras.	Imediata*

<b>Mercado/ Comerciali- zação</b>	Acessar o mercado externo ao Território	Territorial/ "mercados" externo.	MDA UFV (TV da Universidade "sem custos") Redes de televisão públicas Jornais Banco do Brasil e outros.	Associações locais		Médio prazo
---	---	--	--	-----------------------	--	----------------

\* foi enviado projeto ao MDA 2004 que contempla parcialmente as demandas do eixo, fica a indicação de que a EPAMIG considere estas demandas e adapte seu projeto para atendê-las.

Um destaque a respeito da divulgação dos produtos e de pontos de comercialização municipais que aparecem como demandas nos eixos da Agroindústria Familiar e do Artesanato , da Agricultura Familiar Diversificada, do Turismo (Centros de Informação) e Cultura (Casas de Cultura) é que se tratam de entrepostos comuns e multifuncionais.

## Anexo 01: Ficha Resumo SDT/MDA 2003

# MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO- MDA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL- SDT

### FICHA RESUMO DE PROJETO TERRITORIAL DE 2003

<b>TERRITÓRIO:</b> SERRA DO BRIGADEIRO	<b>ESTADO:</b> MG
<b>RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BENEFICIADOS:</b> Limeira, Araponga, Ervália, Sericita, Pedra Bonita, Muriaé, Divino, Miradouro e Fervedouro	
<b>DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS:</b> <b>OBJETIVO GERAL:</b> Desenvolver um processo que enfoque a auto gestão participativa envolvendo os diferentes agentes responsáveis pela implementação do Programa de Desenvolvimento do Território da Serra do Brigadeiro, nos seus aspectos organizacionais, de infra-estrutura e de monitoramento e avaliação.  <b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</b> Desenvolver ações que propiciem a participação das comunidades no entorno da Serra do Brigadeiro para a construção coletiva de um plano e de uma organização sócio-econômica e institucional capaz de estruturar o aproveitamento do potencial desse Território por meio da superação dos entraves que dificultam todo o processo.	

AÇÕES	METAS	VALOR (R\$1,00)			EXECUTOR PROPOSTO
		SDT	CONTRA PARTIDA	TOTAL	
<b>INVESTIMENTO</b>					
Implantação de indústria esmagadora de frutas para polpa.	01 indústria implantada	94.000,00.	9.400,00	103.400,00	PM de Muriaé.
Ampliação do viveiro de mudas frutíferas	01 viveiro de mudas ampliado	45.000,00	4.500,00	49.500,00	PM de Muriaé.

AÇÕES	METAS	VALOR (R\$1,00)			EXECUTOR PROPOSTO
		SDT	CONTRA PARTIDA	TOTAL	
<b>INVESTIMENTO (CONT.)</b>					
Implantar uma estrutura para beneficiamento, armazenamento e comercialização	01 estrutura para beneficiamento, armazenamento e comercialização implantada	80.000,00	800,00	80.800,00	PM de Divino
Construção de armazém comunitário	01 armazém construído	49.000,00	490,00	49.490,00	PM de Miradouro
Implantação de um centro de classificação e prova de café	01 centro de classificação de café implantado	25.000,00	250,00	25.250,00	PM de Fervedouro
Implantação de infra-estrutura para armazenamento e comercialização do leite (tanques de expansão)	08 tanques de expansão para armazenamento e comercialização de leite implantados	101.770,00	1.230,00	103.000,00	PM de Pedra Bonita e Sericita
Implantação de 5 cooperativas de crédito	05 cooperativas implantadas	87.000,00	8.700,00	95.700,00	PM de Araponga, Divino, Fervedouro, Miradouro e Muriaé.
Ampliação da sede de uma Escola Família Agrícola e implantação de outras três escolas	03 escolas família implantadas e uma sede ampliada	499.410,00	19.450,00	518.860,00	Araponga, Ervália e Fervedouro e Muriaé
<b>TOTAL:</b>		981.180,00	44.820,00	1.026.000,00	

AÇÕES	METAS	VALOR (R\$1,00)			EXECUTOR PROPOSTO
		SDT	CONTRA PARTIDA	TOTAL	
CUSTEIO					
Capacitação de atores locais envolvidos com a implantação e gestão de cooperativas de crédito	Eventos realizados com atores envolvidos com a implantação e gestão das cooperativas de crédito de Fervedouro e Miradouro	3.600,00	360,00	3.960,00	EMATER
Formação de Agentes de Desenvolvimento Territorial Formação e capacitação da instância de coordenação Território da Serra do Brigadeiro (Conselho de Desenvolvimento Territorial)	Eventos realizados para a Formação de Agentes de Desenvolvimento Territorial dos Municípios do Território  e Formação e capacitação dos conselheiros eleitos para o Conselho territorial	30.000,00	6.000,00	36.000,00	EMATER
Diagnóstico e elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território da Serra do Brigadeiro	Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território da Serra do Brigadeiro elaborado	33.100,00	3.000,00	36.100,00	CTA - ZM

AÇÕES	METAS	VALOR (R\$1,00)			EXECUTOR PROPOSTO
		SDT	CONTRA PARTIDA	TOTAL	
CUSTEIO					
Monitoramento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Serra do Brigadeiro	Monitorar e avaliar o Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Serra do Brigadeiro	14.000,00	2.800,00	16.800,00	FUNDECIT/EPAMIG
<b>TOTAL</b>		<b>80.700,00</b>	<b>12.160,00</b>	<b>92.860,00</b>	

## Anexo 02: Ficha Resumo SDT/MDA 2004

# MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO- MDA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL- SDT

## FICHA RESUMO DE PROJETO TERRITORIAL DE 2004

<b>NOME DO TERRITÓRIO:</b> SERRA DO BRIGADEIRO	<b>ESTADO:</b> MG
<b>MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO:</b> ARAPONGA, DIVINO, ERVÁLIA, FERVEDOURO, MIRADOURO, MURIAÉ, PEDRA BONITA, ROSÁRIO DA LIMEIRA E SERICITA.	
<b>DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS:</b>  OBJETIVO GERAL: Promover o desenvolvimento rural com equidade, justiça social e equilíbrio sócio-ambiental na Serra do Brigadeiro, estado de Minas Gerais através da implantação de ações e projetos definidos de participativa e ascendente no processo de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra do Brigadeiro.  OBJETIVOS ESPECÍFICOS: (definidos a partir dos eixos de desenvolvimento do PTDRS) <ul style="list-style-type: none"><li>• Promoção da agricultura familiar diversificada.</li><li>• Recuperação, preservação e conservação ambiental.</li><li>• Promoção do turismo rural sustentável.</li><li>• Promoção da agroindústria familiar e artesanato.</li><li>• Resgate e valorização da cultura</li></ul>	



AÇÕES	METAS	VALOR (R\$1,00)			EXECUTOR PROPOSTO
		SDT	CONTRA-PARTIDA	TOTAL	
<i>INVESTIMENTO</i>					
1. Escola Família Agrícola (EFA) de Ervália	1.1. Equipamentos e Materiais Permanentes Para Funcionamento da Escola Familiar Agrícola	100.000,00	3.000,00	103.000,00	Prefeitura de Ervália
2 Escola Família Agrícola (EFA) de Fervedouro	2.1 Construção de edificações da EFA (alojamento para 32 alunos , alojamento para monitores/as, secretaria, biblioteca, sala de aula, auditório e refeitório).	157.300,00	2.700,00	160.000,00	Prefeitura de Fervedouro
	2.2 Aquisição de equipamentos	110.000,00		110.000,00	
3. Construção de um Centro de Cultura/Miradouro	3.1 Construção do Centro de Cultura em Miradouro.	180.000,00	1.800,00	181.800,00	Prefeitura de Miradouro
4.Adequação de infra-estrutura para comercialização, organização da produção de café agro-ecológico e orgânico.	4.1 Adequação de infra-estrutura de um galpão para classificação e armazenamento de café	40.000,00	800,00	40.800,00	Prefeitura de Divino
	4.2 Aquisição de equipamentos para classificação e armazenamento de café	60.000,00	1.200,00	61.200,00	
	4.3 Aquisição de equipamentos e veículos (organização da produção, difusão da proposta)	50.000,00	500,00	50.500,00	
<b>SUB TOTAL</b>		<b>697.300,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>707.300,00</b>	

AÇÕES	METAS	VALOR (R\$1,00)			EXECUTOR PROPOSTO
		SDT	CONTRA-PARTIDA	TOTAL	
<i>INVESTIMENTO (Cont)</i>					
5. Escola Família Agrícola (EFA) de Araponga. Apoio à cooperativa de crédito, /construção de uma Casa de Cultura, Associativismo, beneficiamento e comercialização da produção e artesanato.	5.1. Finalização da obra de construção da EFA/Araponga	100.000,00	1.000,00	101.000,00	Prefeitura de Araponga
	5.2 Aquisição de Equipamentos para a EFA/Araponga	75.000,00	750,00	75.750,00	
	5.3 Construção da sede da cooperativa de crédito	25.000,00	250,00	25.250,00	
	5.4 Construção da Casa de Cultura.	130.000,00	1.300,00	131.300,00	
	5.5 Aquisição de Maquinário móvel para beneficiamento de café	160.000,00	1.600,00	161.600,00	
	5.6 Instalação da secretaria executiva da CIAT da Serra do Brigadeiro dotando-a de infra-estrutura adequada	50.000,00	505,05	50.505,05	
	5.7 Aquisição de equipamentos de informática e um veículo para atender a demanda de intercâmbio dos agricultores e agricultoras familiares.	27.440,00	277,17	27.717,17	
6. Capacitação de agricultores/agricultoras familiares em turismo rural	6.1 Aquisição de Equipamentos	22.000,00	3.300,00	25.300,00	EMATER- MG
7. Elaboração participativa de um Plano de Educação Ambiental na Serra do Brigadeiro	7.1 Aquisição de equipamentos e materiais de consumo	10.300,00	1.650,00	11.950,00	EMATER - MG
<b>SUB TOTAL</b>		<b>599.740,00</b>	<b>10.632,22</b>	<b>610.372,22</b>	
<b>TOTAL DE INVESTIMENTO:</b>		<b>1.297.040,0</b>	<b>20.632,22</b>	<b>1.317.672,22</b>	

AÇÕES	METAS	VALOR (R\$1,00)			EXECUTOR PROPOSTO
		SDT	CONTRA-PARTIDA	TOTAL	
<b>CUSTEIO</b>					
1. Ações de mobilização para gestão participativa do processo de desenvolvimento sustentável da Serra Brigadeiro e ações de capacitação de agricultores e agricultoras familiares para gestão de associativismo e cooperativismo.	1.1 Eventos de mobilização dos atores sociais.	39.000,00	3.900,00	42.900,00	CEIFAR
	1.2 Capacitação para gestão de cooperativas de crédito e gestão da produção.	30.000,00	3.000,00	33.000,00	
2. Elaboração de um Inventário da Cultura Popular do Território da Serra do Brigadeiro e confecção de um calendário de festas populares.	2.1 Elaboração de um Inventário da Cultura Popular do Território da Serra do Brigadeiro e confecção de um calendário de festas populares.	27.500,00	2.750,00	30.250,00	CEPEC
3. Promover intercâmbios de capacitação entre localidades com produção baseada na agricultura familiar diversificada	3.1 Promover intercâmbios de capacitação entre localidades com produção baseada na agricultura familiar diversificada, nos temas de cooperativismo e associativismo, agroecologia, – EFA´s, acesso à terra.	26.400,00	2.640,00	29.040,00	ARTR-ZM (Associação Regional)
4. Gestão do território e apoio à organização da produção, beneficiamento e armazenamento.	4.1 Gestão do Território	50.000,00	5.555,56	55.555,56	FUNDECIT
	4.2 Capacitação de agricultores/as familiares nos temas: agroindústria familiar, artesanato e sementes.	32.560,00	3.617,78	36.177,78	

AÇÕES	METAS	VALOR (R\$1,00)			EXECUTOR PROPOSTO
		SDT	CONTRA-PARTIDA	TOTAL	
<b>CUSTEIO</b>					
5. Elaboração Participativa de Plano de Desenvolvimento do Turismo na Serra do Brigadeiro.	5.1 Realização de reuniões para levantamento de potencial e documentação existente.	5.000,00	1.510,00	6.510,00	EMATER-MG
	5.2 Realização de Inventário Turístico	2.000,00	1.500,00	3.500,00	
	5.3 Reuniões técnicas para elaboração do Plano Preliminar	450,00	50,00	500,00	
	5.4 Oficina de Fechamento Participativo do Plano	7.920,00	3.100,00	10.000,00	
	5.5 Seminário de lançamento do Plano de Turismo	5.650,00	1.350,00	7.000,00	
<b>SUB TOTAL</b>		<b>226.480,00</b>	<b>28.973,34</b>	<b>254.433,34</b>	

AÇÕES	METAS	VALOR (R\$1,00)			EXECUTOR PROPOSTO
		SDT	CONTRA-PARTIDA	TOTAL	
<b><i>Custeio (Cont.)</i></b>					
6. Capacitação de agricultores/agricultoras familiares em turismo no espaço rural	6.1 Capacitação de agricultores/agricultores familiares em turismo no espaço rural.	27.000,00	5.400,00	32.400,00	EMATER-MG
7 . Elaboração Participativa de um Plano de Educação Ambiental na Serra do Brigadeiro	7.1 . Elaboração Participativa de um Plano de Educação Ambiental na Serra do Brigadeiro	27.000,00	5.400,00	32.400,00	EMATER-MG
<b>SUB TOTAL</b>		<b>54.000,00</b>	<b>10.800,00</b>	<b>64.800,00</b>	
<b>TOTAL DE CUSTEIO:</b>		<b>280.480,00</b>	<b>39.773,34</b>	<b>319.233,34</b>	
<b>PARECER DO GRUPO DE TRABALHO COM RECOMENDAÇÃO:</b>					<b>HOMOLOGAÇÃO DO CEDRS:</b>

### ANEXO 03: Lista de Siglas

ADS.....	Agência de Desenvolvimento Solidário
APA.....	Área de Proteção Ambiental
ARTR-ZM.....	Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata
ATER.....	Assistência Técnica e Extensão Rural
BDMG.....	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CEB's.....	Comunidades Eclesiais de Base
CEDRS.....	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEF.....	Caixa Econômica Federal
CEIFAR.....	Centro de Estudos Integração Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata
CEPEC.....	Centro de Pesquisa e Promoção Cultural
CIAT.....	Comissão de Instalação das Ações Territoriais
CMDRS.....	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB.....	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG.....	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT.....	Comissão Pastoral da Terra
CRSAM.....	Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional
CTA-ZM.....	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
CTDRS.....	Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
CUT.....	Central Única dos Trabalhadores
DRP.....	Diagnóstico Rápido / Rural Participativo
DT.....	Desenvolvimento Territorial
DTR.....	Desenvolvimento Territorial Rural
EFA.....	Escola Família Agrícola
EMATER.....	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
EPAMIG.....	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FETAEMG.....	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais
FETRAF.....	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FJP.....	Fundação João Pinheiro
FPM.....	Fundo de Participação dos Municípios
FNMA.....	Fundo Nacional do Meio Ambiente

FUNASA.....	Fundação Nacional de Saúde
FUNDEF.....	Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental
HA.....	Hectare
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS.....	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH.....	Índice de Desenvolvimento Humano
IEF.....	Instituto Estadual de Florestas
ITR.....	Imposto Territorial Rural
MDA.....	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MSTR.....	Movimento Social dos Trabalhadores Rurais
ONG.....	Organização Não Governamental
PESB.....	Parque Estadual da Serra do Brigadeiro
PIB.....	Produto Interno Bruto
PJR.....	Pastoral da Juventude Rural
PMDR.....	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PMDRS.....	Plano / Programa Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PRONAF.....	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT.....	Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais
PROPEDAF....	Projeto Integrado de Pesquisa e Desenvolvimento em Agricultura Familiar
PTDRS.....	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RPPN.....	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SDT.....	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SNUC.....	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STR.....	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS.....	Sistema Único de Saúde
UC.....	Unidade de Conservação
UFV.....	Universidade Federal de Viçosa
UFRJ.....	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP.....	Universidade de Campinas

## **BIBLIOGRAFIA**

- ANTUNES F. Z. Caracterização climática do estado de Minas Gerais. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, ano 12, nº 138, 1986. p. 9-13
- CASALI, Vicente Wagner Dias (coord.); CARDOSO, Irene Maria; TEIXEIRA, Maria do Carmo Couto; FERREIRA NETO, Paulo Sérgio; BARBOSA, Willer Araújo; JUCKSCH, Ivo; MENDONÇA, Eduardo Sá; FERRARI, Eugênio Alvarenga; FERNANDES, Elpídio Inácio; GJORUP, Guilherme Barcelos; FRANCO, Fernando Silveira. **Parque Estadual da Serra do Brigadeiro: percepção, uso e estratificação do ambiente**. Viçosa: UFV, 2001. 164p.
- CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS. **Agricultura sustentável e conservação da mata atlântica na Serra do Brigadeiro: uma experiência de desenvolvimento microrregional promovida pelo CTA-ZM**. Viçosa: CTA, 1998. 28p.
- CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS. **Uma visão sobre o município de Araponga: informações sobre o diagnóstico realizado**. Viçosa: CTA, 1994. 42p.
- COMISSÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES TERRITORIAIS; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Relatório de Sistematização e Levantamento dos Dados Secundários do Território da Serra do Brigadeiro**. Viçosa: CIAT/MDA/SDT, 2005. 51.
- COMISSÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES TERRITORIAIS; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Relatório do Diagnóstico Participativo da Realidade Rural do Território da Serra do Brigadeiro**. Viçosa: CIAT/MDA/SDT, 2005. 152p.
- COLEGIADO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO. **Processo Participativo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. Viçosa, 2003.
- COLEGIADO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO. **Termo de Referência para a Elaboração do Plano Diretor do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Viçosa, 2001. 27p.
- FERREIRA NETO, Paulo Sergio. **O caso do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro: integrando a conservação e o desenvolvimento**. In: Anais do seminário internacional sobre presença humana em unidades de conservação. p. 80-87 (fotocópia).
- FERREIRA NETO, Paulo Sergio; OLIVEIRA, João Carlos Lima; LOPES, Nilton Teotônio. **O processo participativo na criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – Zona da Mata de Minas Gerais**. Anais da Oficina sobre gestão participativa em unidades de conservação. Parque Estadual do Rio Doce, 1997. p. 70-78.
- GJORUP, Guilherme Barcellos. **Planejamento Participativo de uma unidade de conservação e do seu entorno: o caso do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro**. Tese de Doutorado. Viçosa: UFV, 1998. 113p.



- INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - Plano de Manejo / Etapa I. 2002** (versão incompleta).
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável: Território da Serra do Brigadeiro.** MDA/SDT. 2003. 35p. (mimeo).
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável.** Série Textos para Discussão. No. 04. Brasília, 2003. 35 p.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Relatório da Oficina Territorial de Formação de Agentes e Construção da Estratégia de Desenvolvimento Territorial.** Viçosa: MDA/SDT, 2003. 23p. (mimeo).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS).** Araponga, 2002. 49p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR).** Divino, 1997. 31p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR).** Ervália, 1997. 51p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR).** Pedra Bonita, 1998. 80p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR).** Sericita, 1997.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil, 1996.** Brasília, 1996. 167p.
- SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Projeto Integrado de Pesquisa e Desenvolvimento em Agricultura Familiar (PROPEDAF) – Relatório Técnico Subprojeto 01.** Viçosa: FUNARB/EPAMIG, 2002. 79p. (mimeo).
- SILVA, Demetrius de Oliveira. **Agricultura Familiar e as formas locais de acesso a serviços financeiros: um estudo de caso na Zona da Mata Mineira.** Pesquisa: Demanda por serviços financeiros como base do desenvolvimento local. ADS/CUT-FEA/USP. 2003. 31p. (no prelo).
- SISTEMA NACIONAL DE ECONOMIA E CRÉDITO SOLIDÁRIO. **Projeto de Estruturação Institucional das Cooperativas de Crédito dos Municípios de Divino e Araponga – Território da Serra do Brigadeiro.** 2003. 5p (mimeo).
- VEIGA, J. E.; FAVARETO, A.; AZEVEDO, C.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, KARIN.; MAGALHÃES, R.; JORGE, R. **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Série Textos para discussão 01. Convênio FIPE/IICA (MDA-CNDRS-NEAD). 2002. 107p.